

CME EM PAUTA

REVISTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO

ARTIGOS - RELATOS DE EXPERIÊNCIA - EVENTOS

DISCUTINDO SOBRE EDUCAÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE PORTO VELHO



VOL 1 - N° 1 - 2023

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Hildon de Lima Chaves

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO

Gláucia Lopes Negreiros

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

DEPARTAMENTO TÉCNICO

ASSESSORIA EXECUTIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

CONSELHO PLENO

Cláudio Lopes Negreiros
PRESIDENTE DO CME-PVH

Maria Inês Baptista da Silva Zanol
VICE-PRESIDENTE DO CME-PVH

Sonia Maria Gomes Sampaio
CONSELHEIRA

Eliane Ortolan
CONSELHEIRA

Joel Lopes Lacerda
CONSELHEIRO

Juliane Rezende de Oliveira Vieira
CONSELHEIRA

Magda Regina Dias Farias
CONSELHEIRA

Marcelo Willian Pedrosa de Souza
CONSELHEIRO

Dalva Alves dos Santos
CONSELHEIRA

Mirian Pereira da Silva
CONSELHEIRA

Francisco Fialis Diniz
CONSELHEIRO

CONSELHO EDITORIAL

Presidente CME-PVH

Cláudio Lopes Negreiros

Comissão Editorial

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Gomes Sampaio

Prof^a. Dr^a. Mara Centeno Nogueira

Assessoria Técnica

Eliane Ortolan

Rogério da Silva Barbosa

Secretaria Executiva

Jessica Campos

Giselle Silva Costa

Departamento Administrativo

Amanda Cristina de Carvalho Chagas

Projeto Gráfico e Revisão

Secretaria Executiva



Sumário

EDITORIAL	05
PREFÁCIO	06
ARTIGOS	07
• Autoridade, Professor!	08
• Educomunicação: Uma Análise de sua implementação como Política Pública.	11
• Progressão automática: Democratização de oportunidades educacionais ou gestão econômica?	17
• Perspectivas e Ações dos Professores de Educação Infantil sobre o Transtorno Espectro Autista (TEA).	20
• Descontinuidade das Políticas Educacionais: Uma análise sobre os possíveis impactos ocasionados ao cotidiano escolar.	24
• Direitos Humanos, Políticas Públicas e Educação: Onde reside o nosso compromisso, enquanto cidadão e educador.	31
RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	35
• Vida Docente no 3º ano: Percursos e Possibilidades da Alfabetizar com a literatura	36
• Relato de experiência de trabalho na Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência no AEE da EMEIEF Dr. Tancredo de Almeida Neves. ES	41
EVENTOS	46
ATOS NORMATIVOS	60

Mensagem Editorial

Prezados,

Há muito sonhamos, agora é chegada a hora de concretizarmos, eis a primeira edição da Revista CME em *Pauta*, um projeto que representa um importante marco na história do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho.

A Revista CME em *Pauta* nasceu da necessidade de criar um espaço de diálogo e de troca de ideias entre os membros do Conselho e a comunidade escolar de Porto Velho. É nossa intenção fazer com que a revista seja uma ferramenta de divulgação das ações do CME-PVH, mas também um espaço para o debate de temas relevantes para a educação de nossa cidade.

O Conselho Municipal de Educação de Porto Velho tem como missão principal zelar pela qualidade do ensino em nosso município. Para cumprir essa missão, trabalhamos constantemente para elaborar e implementar políticas públicas que atendam às necessidades de nossos estudantes, professores e demais profissionais da educação.

Acreditamos que a educação é o caminho para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, buscamos sempre ouvir as demandas da comunidade escolar e trabalhar em parceria com as instituições educacionais para construir uma educação de qualidade em nossa cidade.

Nesta primeira edição, a Revista CME em *Pauta* traz uma série de artigos e reportagens que abordam temas como a formação de professores, a educação infantil e a inclusão escolar. São assuntos que estão em pauta no Conselho Municipal de Educação e que certamente contribuirão para enriquecer o debate sobre a educação em Porto Velho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os membros do CME-PVH que trabalharam para tornar este projeto realidade, bem como a todos os colaboradores que contribuíram para a produção desta primeira edição da Revista CME em *Pauta*. Espero que esta publicação seja uma ferramenta útil para todos os que se interessam pela educação de nossa cidade, e que possamos juntos construir uma educação cada vez melhor em Porto Velho.

Apreciem a Leitura!

Cláudio Lopes Negreiros

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO

PREFÁCIO

Prezados leitores,

É com grande satisfação que apresento a primeira edição da Revista CME em Pauta, o periódico do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho.

Este é um momento histórico para a nossa cidade, que agora conata com um instrumento de comunicação dedicado exclusivamente à educação. A Revista CME em Pauta tem como objetivo principal informar e divulgar as ações do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, bem como discutir temas relevantes par a melhoria da qualidade do ensino em nosso município.

Acredito que o conhecimento é a chave para o desenvolvimento de qualquer sociedade. É por isso que a educação sempre foi uma das minhas prioridades como Secretária Municipal de Educação. Por meio do trabalho conjunto entre a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, estamos criando condições para que nossos estudantes tenham uma formação de qualidade, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

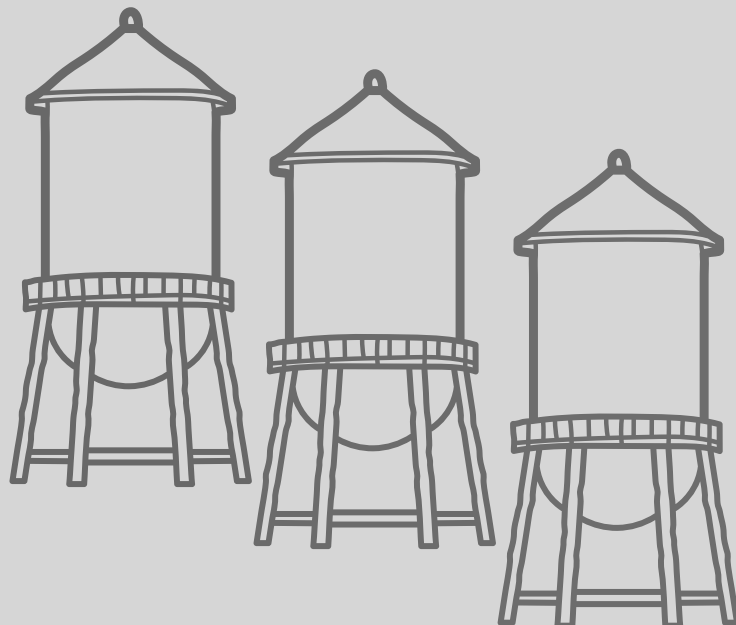
Nesta primeira edição, a Revista CME em Pauta traz uma variedade de artigos escritos por especialistas em educação, que abordam temas como: Formação Continuada de Professores; A Importância da Educação Infantil e a Inclusão Escolar. Tenho certeza de que essas leituras serão de grande valia para todos aqueles que se interessam por educação.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram para tornar este projeto realidade. Que a Revista CME em Pauta possa ser um canal de informação e conhecimento para todos os nossos leitores, e que possamos juntos construir uma educação de qualidade em Porto Velho.

Atenciosamente,

Gláucia Lopes Negreiros

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO



ARTIGOS

Autoridade, Professor!

Cláudio Lopes Negreiros

Conselheiro Municipal de Educação em Porto Velho-RO; Professor de Ensino Superior; e Mestre em Estudos Literários pela Unir.

RESUMO: Tem o presente trabalho a proposta de debater o conceito de “autoridade” e sua aplicação na educação, sob duas perspectivas, essencialmente, a primeira reporta-se sobre a ruptura da tradição, mote abordado por ARENDT (2006), que é fio condutor da crise da autoridade educacional no mundo moderno. E a segunda é a perspectiva de autoridade enquanto credibilidade, de reconhecer no outro, condições que nos permitam seguir na confiança de estarmos bem orientados por alguém – que detenha autoridade para tal.

Palavras-chave: Autoridade; credibilidade; educação; Hanna Arendt.

1. INTRODUÇÃO

As dinâmicas sociais com as inúmeras possibilidades de mudança comportamental, influenciadas pelo sincretismo cultural facilitado com as redes sociais, tem nos permitido experimentar a ampliação do vocabulário, agregando ao nosso repertório estrangeirismos e adaptações de conceitos de ciências diversas. Exemplo disso é o conceito de autoridade, que no dicionário refere-se a um substantivo feminino simples, cujo significado remete à condição de direito, de poder de mando, ou a ente ou pessoa que detenha tal prerrogativas. Autoridade tem raízes seculares, segundo CARVALHO (2015), a palavra e o conceito de *auctoritas* são romanos e têm sua origem no verbo *augere* (aumentar, fazer crescer; desenvolver, intensificar) e no substantivo *auctor* (autor, aquele que cria, que dá origem ou funda; o que aprova, sanciona; o que defende, protege), o que implicará em seu uso jurídico na contemporaneidade.

A proposta deste artigo é debater o conceito de “autoridade” e sua aplicação na educação, sob duas perspectivas essencialmente, a primeira reporta-se sobre a ruptura da tradição, mote abordado por ARENDT (2006), que é fio condutor da crise da autoridade educacional no mundo moderno. E a segunda é a perspectiva de autoridade enquanto credibilidade, de reconhecer no outro, condições que nos permitam seguir na confiança de estarmos bem orientados por alguém – que detenha autoridade para tal.

A intenção da pesquisa é de acender a provocação sob o modelo que nós, educadores, temos aderido em nossas práticas educativas e se podemos nos permitir ao convite da reflexão e adequação, caso entendamos pertinente.

2. A CRISE DA AUTORIDADE EDUCACIONAL NO MUNDO MODERNO

A crise da autoridade educacional foi trabalhada por Hanna Arendt, em sua obra intitulada “Entre o Passado e o Futuro”, especificamente o capítulo terceiro, que traz a questão “Que é autoridade?”. Ali, segundo OLIVEIRA (2006), a autora tem o ponto de partida da análise histórico-interpretativa e a constatação de uma constante e profunda crise da autoridade no mundo moderno que culminou na dura realidade dos regimes totalitários no século XX.

Para Arendt o processo educacional da pessoa a transcende tanto no tempo anterior à sua existência quanto no futuro, trata-se de processo assimétrico, haja vista que se dará por meio de pessoas já instruídas que se comprometem em transmitir sua experiência aos recém-chegados. Nessa perspectiva, todo o processo atrela-se à tradição, logo, com a perda da tradição no mundo moderno estaria em crise a autoridade.

Acontece que a crise da autoridade se confronta com o processo educacional, isto porque a dinâmica educacional, como já vimos a cima, é assimétrica, nesse sentido CARVALHO (2015), afirma “Assim, embora destinada a um progressivo desaparecimento ao longo da formação do sujeito, a relação de autoridade entre educador e educando jamais pode ser um elemento acessório ou um recurso eventual enquanto perdura esse processo”, assim sendo, não haveria que se conjecturar sobre educação com ou sem autoridade, posto que esta é fundamento intrínseco daquela, sem a qual o processo não se concluiria, aliás, sequer iniciaria, inclusive a ruptura com a tradição é precursora de um sentimento de descrédito com o passado, de onde tiramos respostas e apontamento, de modo a entendermos que esse não tem autoridade com o presente, havendo quem evoque que a falta de autoridade é causadora da deslegitimação da cultura escolar.

Há quem discorde de tal convicção, HOUSSAYE (2007) a afirmar que, “longe de ser indispensável, a autoridade é o signo do fracasso da educação escolar. [...] [pois] não há problema de autoridade na escola. É a autoridade em si que cria os problemas”. Na análise do autor, semelhante aos adeptos do discurso pedagógico contemporâneo, autoridade estaria envolta em violência simbólica, ao que ARENDT (2006), já havia explicado que a presença da autoridade no quadro de uma relação – seja ela política ou educacional – “exclui de imediato o uso de meios externos de coerção, [pois] quando se recorre à força é porque a autoridade, em si, falhou”.

3. AUTORIDADE ENQUANTO CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE

Na sessão anterior percebe-se que a corrente majoritária do discurso pedagógico alicerçado por Hanna Arendt, tem autoridade como elemento próprio do processo educacional, nesta sessão detalharei autoridade como parte de um constructo próprio de profissional ou ente, que valida no outro, posto que será quem de fato cancelará se de fato o objeto de análise possui os requisitos que o lhe conferem credibilidade.

Autoridade é assentimento, logo, uma vez estabelecida a verificação de assimetria, há consentimento e legitimação de lugares institucionais e de personificação de detenção de conhecimento e saberes que aquele que confere autoridade aceita não possuir, assim, defende CARVALHO (2015), que “Não se pode, pois – ao contrário do que diz a expressão corrente –, impor a autoridade; é ela que se interpõe em uma relação em que aquele que obedece o faz livremente”. Nesses termos, assenta-se a autoridade com fundamento na credibilidade e na crença, as quais se espera constatar na fala e no agir de quem a tem, que por sua vez fala em nome da coletividade mas sempre em voz individual.

Nesse quesito, o conceito de autoridade é constituído à luz da bagagem intelectual, profissional e demais atributos que o indivíduo manifesta e que sejam captados por seus interlocutores, que o validaram em manifestação de credibilidade em razão da percepção de instrumentos probatórios como um diploma, um título, uma certificação ou mesmo pelo discurso, pela presença. Dentro dessa perspectiva, autoridade não é só um fundamento do processo educativo, mas uma construção da imagem do educador, que por meios próprios se constitui como sujeito que angaria crença e credibilidade, sendo, pois, uma autoridade para aqueles aos quais se reporta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teve este artigo a proposta de estabelecer a reflexão sobre o conceito de autoridade à luz da concepção de Hanna Arendt, cujo trabalho delineia-se sobre um elemento indissociável do processo educacional, afastando-se de qualquer comparação com coerção ou autoritarismo, os quais segundo a autora são elementos da falta de autoridade e não similares a ela. Observou-se também a dimensão de autoridade enquanto elemento que qualifica o sujeito na condição de digno de credibilidade, tendo em vista, aquele que a detém, ser possuidor de elementos probantes para tal.

A ideia secundária do texto foi em provocar a reflexão do leitor sobre a corrente mais contemporânea do discurso educacional que relaciona a construção de autonomia do estudante com seu distanciamento da autoridade educacional, o que segundo OLIVEIRA (2006) e CARVALHO (2015) à luz do trabalho de Hanna Arendt, destoa daquilo que se possa entender por razoável, tendo em vista que educadores podem distorcer os propósitos educativos e concorrer para o autoritarismo educativo.

Isto posto, almejou-se ainda que de forma secundária no trabalho, que os profissionais de educação, mesmo os adeptos da corrente mais contemporânea, que associa autoridade a autoritarismo e manipulação juvenil, que entendam que a mesma contemporaneidade os permite construírem-se como autoridades face à validação daqueles com que se relacionam e desempenham seu mister.

5. REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Editora perspectiva, 3º edição, 1992;

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **Autoridade e Educação: o desafio em face do ocaso da tradição**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2015, v. 20, n. 63 [Acessado 29 Novembro 2022] , pp. 975-993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206309>>. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206309>

OLIVEIRA, Davison Schaeffer de. Hannah Arendt: **A Origem da Noção de Autoridade**. Revista Ética & Filosofia Política. 2006.

EDUCOMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE DE SUA IMPLEMENTAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL ¹

Juliene Rezende de Oliveira Vieira

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Porto Velho. Atualmente Diretora do Departamento de Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED do município de Porto Velho-RO).

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são desenvolvidas pelo Estado através de ações que visam ao cumprimento dos direitos previstos nas legislações, garantindo o bem-estar da sociedade. O Estado tem papel fundamental para a eficiência e a efetividade das políticas públicas, visto ser necessário que se cumpram as fases de planejamento, implementação e avaliação.

É extremamente importante desenvolver políticas públicas educacionais para o avanço da qualidade educacional no país. Desse modo, enquanto política pública, a educomunicação é muito relevante, pois a escola deixou de ser o único ou principal meio de prover conhecimento aos estudantes, uma vez que o desenvolvimento de novas tecnologias, cada vez mais acessíveis, favorece a presença da mídia no cotidiano das pessoas. Nesse contexto, apresenta-se a seguinte questão: como a educomunicação pode ser um meio facilitador do entrosamento social e das práticas pedagógicas no ambiente escolar?

Para responder a esse questionamento, este trabalho se reveste de pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos, dissertações e teses sobre a temática, além de estudos de diversos teóricos, como Soares (2002), Tavares (2007), Freire (2012), Ceteli (2014) e Rodrigues (2010).

O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação da educomunicação como política pública educacional, uma vez que, quando aplicada no ambiente escolar, a educomunicação contribui de forma significativa para melhorar o diálogo, a participação e a criatividade em espaços formais e informais de aprendizagem, “[...] um campo de reflexão e intervenção decorrente dos novos modos de organizar, distribuir e receber o conhecimento e a informação” (CITELLI, 2014, p. 70).

Este artigo está organizado em duas seções: a primeira contextualiza a educomunicação para além de um conceito; a segunda traz uma abordagem das possíveis contribuições da educomunicação para as políticas públicas educacionais. Em seguida, apresentam-se as considerações acerca da pesquisa desenvolvida.

Espera-se, com este trabalho, oportunizar uma reflexão para que se tenha mais incentivos para o uso da educomunicação a favor de um mundo melhor, a partir de políticas públicas educacionais que contribuam para a construção de ecossistemas comunicacionais no contexto escolar.

1 EDUCOMUNICAÇÃO PARA ALÉM DE UM CONCEITO

A educação e a comunicação são áreas que possuem inúmeros pontos convergentes e ambas são importantes para promover transformações e mudanças sociais. Juntas, a educação e a comunicação oportunizam a democratização da informação, da cultura e do conhecimento em prol de uma construção social baseada na cidadania. Freire e Carvalho (2012, p. 1) afirmam que “a convergência das duas áreas, educação e comunicação, criando um novo campo do saber, a Educomunicação, busca um objetivo comum que é a construção da cidadania”.

¹ Artigo apresentado à disciplina Educação, Comunicação e Mediação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondônia, ministrada pelo Prof^{fa} Dr^a Aparecida Zuin, no primeiro semestre de 2022.

Importante enfatizar que o uso da comunicação como ferramenta pedagógica não é uma prática recente no processo de ensino e aprendizagem. Em meados de 1960, Paulo Freire já reforçava que a educação a cada dia estaria mais interligada à comunicação. Conforme Citelli (2004), a inter-relação educação/comunicação foi a impulsionadora da expansão do mundo midiático no século XX, através da imprensa escrita, da televisão e do rádio, meios pelos quais se reorganizaram os conceitos de ensino-aprendizagem, conhecimento e educação. Nesse sentido, Schaum (2004) afirma que:

[...] a inter-relação comunicação e educação cadeias semióticas que se apresentam transversalmente como imagens e formas de atuar com e para comunicação no contexto da educação e da cultura, que podemos denominar fluxos informacionais que vão ecoar diante das singularidades dos grupos, comunidades e indivíduos propiciando o surgimento das articulações comunicativas peculiares (SCHAUM, 2004, p. 22).

Dessa forma, determina-se a interação comunicativa entre indivíduos e grupos no compartilhamento mútuo de saberes em torno de suas práticas sociais. Portanto, compreende-se o surgimento da educomunicação como uma prática a favor da cidadania e não apenas das reflexões de filósofos e teóricos. Nessa perspectiva, Soares (2011) afirma que a educomunicação não nasceu nas universidades e sim da prática e, principalmente, da militância de processos políticos e ideológicos. Segundo o autor,

[...] a história nos ensina, na verdade, que tanto a educação como a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade (SOARES, 2011. p. 14).

Assim, a educomunicação evidencia a existência de um processo sistêmico, teórico e prático, que demonstra interdiscursividade e interdisciplinaridade, surgindo um novo perfil de profissional para atuar na educação mediada por novas tecnologias da comunicação e informação: o educador. Esse novo profissional precisa ser capaz de desenvolver diagnósticos e gerenciar projetos no campo da inter-relação educação/comunicação. O educador vem se tornando cada vez mais popular, em virtude da necessidade de agentes capazes de implementar ações comunicativas, com objetivos educativos. A esse respeito, Soares (2014) comenta que:

Parte da luta do Movimento Social pela universalização do direito à comunicação, trabalhando para garantir a todos os sujeitos sociais, pela educação, o “acesso à palavra”, tradicionalmente negado aos mais pobres e excluídos. O foco desta vertente não é a mídia, em si, mas o processo comunicativo em sua abrangência. O designativo “midiático” aponta para o reconhecimento alcançado pela Teoria das Mediações Culturais que assegura que todos estamos inseridos nos diferentes ecossistemas comunicativos que nos envolve, transitando entre as funções de emissores e de receptores de comunicação [...] O que distingue este protocolo é sua intencionalidade: valoriza a mídia e inclui sua análise e uso como procedimento metodológico, mas vai além dela em seus propósitos e metas. Opera por projetos, valorizando todas as formas de expressão, especialmente a artística, tendo como objetivo a ampliação do potencial comunicativo da comunidade educativa e de cada um de seus membros (SOARES, 2014, p. 18).

São várias as práticas que representam ações educomunicativas, possibilitando que seus praticantes se considerem educomunicadores, dialogando acerca dos parâmetros e procedimentos comuns; porém, nenhuma delas esgota o conceito de educomunicação. Miranda (1992) enfatiza que:

[...] os meios de comunicação não são criadores de ideologia, mas veículos e difusores privilegiados da ideologia dominante que forma todo o tecido social. Em outras palavras: eles não são a "fonte", mas o "canal"; e como tal, sem torna-los absolutos ou mitos, eles funcionam como uma força coesiva e consolidadora de gravitação inegável e, acima de tudo, como um reforço efetivo na moldagem da consciência coletiva (ou não-consciência). Lá eles se encontraram na dimensão não-racional, não-consciente do imaginário, entendida como o lugar da reprodução simbólica dos desejos e aspirações dos sujeitos. Quanto ao papel do receptor no processo, a Leitura Crítica não lhe atribui a função mecânica de passividade. Para que a mídia cumpra seu papel de reforço da hegemonia ideológica, deve haver - e de fato existe - uma certa cooperação, uma certa conformidade do receptor (MIRANDA, 1992, p. 198).

Então, com a evolução tecnológica na educação e as informações acerca do papel do professor, verifica-se que o modelo adotado de comunicação precisa ser modificado, oportunizando condições de igualdade para a construção do conhecimento, com a participação dos alunos, professores e outros atores da educação.

2 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

É inegável o papel do Estado para a garantia de direitos e relações que possibilitem à sociedade exercer seu papel, atendendo às demandas das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, efetivando políticas públicas através de um conjunto de ações consideradas diretrizes governamentais, expressando as formas de relacionamento do Estado com a sociedade civil. Nesse contexto, Rodrigues (2010) comenta que:

Política Pública é o processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum (RODRIGUES, 2010, p. 13).

Observa-se que, quando efetivadas, as políticas públicas demonstram a concretização dos direitos da sociedade, contribuindo para a formulação dos objetivos e finalidades da atividade estatal. Assim, é importante que, cada vez mais, se tenha a participação da sociedade na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, para que sejam fortalecidas e reconhecidas no país, tornando a sociedade mais justa e com menos desigualdades, aprimorando a democracia e qualificando as políticas públicas.

A tarefa do Estado Democrático é desenvolver ações com objetivo de superar as desigualdades sociais e regionais e oportunizar um regime político que colabore na construção da justiça social, com a participação popular. Os indivíduos inseridos no sistema democrático são constantemente convidados à participação: são chamados a interagir com os meios de comunicação, a participar de partidos políticos, associações, agremiações, entidades nacionais e internacionais etc. Oliveira (2003) destaca 10 princípios da participação, dentre os quais se destacam:

1. A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas. Como são necessidades básicas a alimentação, saúde, educação, o ser humano tem a necessidade de refletir sobre algo, autovalorizar-se, expressar-se e por fim participar. Privá-lo disso, mutila sua personalidade. 2. A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados. Uma vez que a participação é uma necessidade e um direito, ela deve ser levada a efeito independente de atingir seus objetivos ou não. 3. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. Pessoas antes passivas e conformistas transformar-se-ão em pessoas ativas e críticas, ocorrendo descentralização e distribuição do poder (OLIVEIRA, 2003, p. 11-13).

Mediante o contexto apresentado, observa-se o quão valioso pode ser agregar à gestão mecanismos que possibilitem a participação e o envolvimento de diversos atores em um processo de implantação de políticas públicas. Entretanto, um desafio para os gestores consiste em estabelecer o equilíbrio nesse ato, de forma a possibilitar, de fato, a implantação de ações efetivas e exequíveis, que agreguem às decisões do gestor partes positivas obtidas pela participação de envolvidos, os quais são peças fundamentais no processo de implantação de políticas públicas, por serem usuários dos serviços públicos oferecidos. Como política pública educacional, a educomunicação oportuniza aos estudantes e professores a interação por meio de comunicação, possibilitando que esses agentes não sejam apenas receptores, mas produtores de mensagens no contexto social, que é a comunidade escolar, alcançando também a comunidade externa. Soares (2006) define quatro áreas constituintes da educomunicação:

1. Área da educação para a comunicação: consiste nas reflexões em torno da relação entre a comunicação e seus processos (produção, recepção, entre outros) e o campo pedagógico. Tem por objetivo possibilitar a leitura da relação entre os indivíduos e os meios, levando à intervenção nas políticas e processos de comunicação massiva. 2. Área da mediação tecnológica na educação: preocupa-se com a utilização das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) nos processos educativos, em uma perspectiva interdisciplinar e voltada para capacitação ao uso pedagógico e discussão sobre o uso social e político. 3. Área da gestão da comunicação no espaço educativo: trata do planejamento, execução e realização de procedimentos e processos que criam ecossistemas comunicativos. 4. Área da reflexão epistemológica: compreende a reflexão acadêmica que atribui unidade teórica ao campo e, assim, aprofunda, sistematiza e legitima o campo (SOARES, 2006, p. 3).

Cabe ressaltar que todas essas áreas estão intrinsecamente interligadas e voltadas para a ampliação do processo de ensino-aprendizagem, propiciando um ambiente com maior interação. Nessa perspectiva, Soares (2002) comenta que:

O campo da Educomunicação é compreendido, portanto, como um novo gerenciamento, aberto e rico, dos processos comunicativos dentro do espaço educacional e de seu relacionamento com a sociedade. O campo da Educomunicação incluiria, assim, não apenas o relacionamento de grupos (a área da comunicação interpessoal), mas também atividades ligadas ao uso de recursos de informações no ensino-aprendizagem (a área das tecnologias educacionais), bem como o contato com os meios de comunicação de massa (área de educação para os meios de comunicação) e seu uso e manejo (área de produção comunicativa) (SOARES, 2002, p. 264).

São inúmeras as vantagens da educomunicação para a educação, pois gera maior envolvimento com os projetos desenvolvidos, fortalecendo a prática, oferecendo uma perspectiva democrática do uso das tecnologias de informação em favor do desenvolvimento. Marques e Martino (2015) asseguram que:

A comunicação expressa um incontido desejo de estar com o outro, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença. O encontro com o outro, em sua dimensão comunicacional, estética e política, se expressa sempre de forma agonística, na qual um indivíduo incita e interpela o outro por meio da dúvida, do estranhamento, do convite à interlocução. É no cotidiano que a comunicação com o outro se fortalece, se redimensiona e redimensiona os sujeitos e o meio no qual se inserem. Comunicar exige o estabelecimento de um sistema normativo e valorativo comum, um conjunto de afetos e ações compartilhadas dentro da relação que se estabelece entre os indivíduos. Nesse processo, o reconhecimento do mundo do outro deve envolver, além de dimensões estéticas, éticas e políticas, uma comunicação ligada às práticas compartilhadas dos indivíduos (MARQUES; MARTINO, 2015, p. 35).

A partir da implementação de ações de educomunicação, a escola se torna um espaço mais propício para o diálogo e troca de experiências entre os membros da comunidade escolar; assim, nesse ecossistema comunicativo, constrói-se um espaço com a participação das várias vozes (alunos, pais, gestores e demais atores da educação) e a escola passa a democratizar não apenas o acesso à informação, como também as possibilidades de produção de informação.

Nesse contexto educ comunicativo, vale ressaltar o posicionamento de Tavares Júnior (2007, p. 20): “Os objetivos da educomunicação não se relacionam somente ao produto (produções midiáticas), mas principalmente ao processo (visando à construção de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos)”.

Portanto, a educomunicação permite a ampliação do diálogo, a participação e a criatividade em espaços estratégicos da aprendizagem, introduzindo uma nova forma de organização do trabalho pedagógico, com uma visão diferenciada, em prol do sujeito que aprende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a implantação da educomunicação no contexto educacional continuam a ser pensadas como uma possibilidade de construção e reconstrução do conhecimento, de maneira coletiva, com uma reflexão constante e compartilhada do fazer pedagógico.

Dessa maneira, é necessário criar e fortalecer a educomunicação, pensando em espaços educativos que potencializam uma constante troca de informações, oportunizando educação com comunicação e não para a comunicação, ou seja, uma prática que amplie as possibilidades comunicativas estabelecidas entre os sujeitos que participam do processo educativo, favorecendo uma relação mais ativa e criativa desses sujeitos diante das referências midiáticas.

A escola pública deve ser para todos e oferecer educação de qualidade. Nesse sentido, é necessário que, efetivamente, a escola cumpra seus objetivos, visando ao pleno desenvolvimento dos estudantes e ao preparo do exercício de sua cidadania. Políticas públicas educacionais precisam ser lançadas para que se atinja esse objetivo e a educomunicação é uma das políticas que traz contribuições importantes para a escola.

Salienta-se que as políticas públicas educacionais envolvem decisões políticas que requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos a serem alcançados, com ações articuladas de forma democrática, buscando alterar a realidade em respostas às demandas e interesses coletivos, conquistando a equidade no âmbito educacional, com eficiência e qualidade na aprendizagem dos estudantes.

Conclui-se que a educomunicação apresenta um novo pensar, um novo caminho, colaborando para que as escolas utilizem metodologias mais participativas. Dessa maneira, a sala de aula se torna um ambiente aberto a discussões, de modo que, ao realizar as atividades, o estudante se envolva, reflita sobre o que faz, tenha oportunidade de pensar por si mesmo, para além da sua própria aprendizagem, para a aprendizagem de todos.

REFERÊNCIAS

CITELLI, A. **Comunicação e educação**. 1ª ed. São Paulo: SENAC, 2004.

CITELLI, A. O; BERGER, C; BACCEGA, M. A; LOPES, M. I. V; FRANÇA, V. V. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

FREIRE, M. T. M.; CARVALHO, D. W. **Educomunicação: construção social e desenvolvimento humano – um relato de pesquisa**. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUL, 2012.

MARTÍN-BARBERO, J. Heredando el futuro. Pensar la educación desde la comunicación. Nómadas, Bogotá, nº 5, p. 10-22, 1997.

MIRANDA, M. Educación para la comunicación. Manual latinoamericano. Santiago de Chile: CENECA; UNESCO; UNICEF, 1992.

SOARES, I. O. **La Comunicación/Educación como nuevo campo de conocimiento**. In: VALDERRAMA, C. E. Comunicación-Educación: coordinadas, abordajes y travesías. Bogotá: Universidad Central, 2000, p. 27-47.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SCHAUN, Â. **Educomunicação: reflexões e princípios**. 1ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

SOARES, I. O. **A educomunicação e suas áreas de intervenção**. Textos sobre Educomunicação. Disponível em: <http://www.usp.br/nce>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOARES, I. O. **Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 19, nº 2, p. 15-26, 2014.

TAVARES JUNIOR, Renato. **Educomunicação e expressão comunicativa: a produção radiofônica de crianças e jovens no projeto educom.rádio**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Érico Avelino de. **Participação democrática**. PUC, MG, 2003. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tematico/PartDemo.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022).

MARQUES, A. S.; MARTINO, L. S. **A comunicação, o comum e a alteridade: para uma epistemologia da experiência estética**. Logos, Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, p. 31-44, 2015.

Progressão automática: Democratização de oportunidades educacionais ou gestão econômica?

Cláudio Lopes Negreiros

Conselheiro Municipal de Educação em Porto Velho-RO; Professor de Ensino Superior; e Mestre em Estudos Literários pela Unir.

RESUMO: Tem o presente artigo a proposta de trazer à discussão o processo progressão automática nos primeiros anos do ensino fundamental, posto que tal tema é tido como política de ensino alicerçada por considerável arcabouço normativo. A ideia é, à luz de substancial fundamentação teórica, provocar a reflexão sobre se a doutrina de não retenção no bloco pedagógico, trata-se de respeito à diferença de construção da aprendizagem entre as crianças ou, se tal medida é pano de fundo para encobrir uma política de gestão de recursos públicos na educação.

Palavras-chave: Progressão Automática; Bloco Pedagógico; Alfabetização na Idade Certa.

1. INTRODUÇÃO

Ainda se contabilizam os prejuízos que a pandemia da COVID-19 conferiu à educação, no entanto as verificações sobre os danos educacionais deixam evidente que as projeções para a alfabetização na idade certa ficaram muito aquém do que se esperava. É certo que o período catastrófico pela qual passou a humanidade em muito impactou a educação por todo o mundo, mas até que ponto a pandemia dá a real tônica da avaliação da alfabetização no chamado bloco pedagógico?

O objetivo deste estudo é verificar a eficaz adoção do princípio da não retenção e consequente aprovação automática, adotada como política pública no decurso formativo no chamado ciclo sequencial, ou se tal medida tem funcionado como paliativo a encobrir a motivação econômica da gestão educacional. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o “Todos pela Educação” divulgou estudo mostrando que 40,8% das crianças de 6 e 7 anos em 2021 não sabiam ler nem escrever, saindo de 1,4 milhão em 2019 para 2,4 milhões em 2021, correspondendo a um aumento de 66,3%. Os números são sim alarmantes, entretanto, dada a política de não retenção adotada no Brasil, nenhuma destas quase 2,5 milhões de crianças deverá ser retida, obtendo a progressão automática para o ano seguinte, não sendo essa situação tema de discussão no sistema municipal de ensino de Porto Velho.

2. NÃO REPROVAÇÃO COMO MEDIDA PEDAGÓGICA

A escola pública no Brasil tem como marco inicial de seu processo de consolidação histórica a década de 1930, momento em que a implantação de um sistema público educacional tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Segundo BITTAR (2012), pode-se analisar o processo de consolidação histórica da educação no Brasil em três períodos, a saber, as décadas de 1930 e 1960, marcadas por disputas ideológicas e reformas educacionais; o período da ditadura militar (1964 a 1985), caracterizado pela expansão da escola pública; e os anos de redemocratização cuja marca é a influência da política neoliberal. Notadamente não tem o presente estudo como objeto de pesquisa o enfoque histórico, logo, não haverá maior detalhamento de cada período delineado, entretanto há que se considerar que durante todo o processo de construção histórica da escola pública no país, registra-se que os estudiosos do tema ao mensurarem os resultados educacionais, identificaram suas falhas e a elas estabeleceram ligações sociais que as fundamentassem, o que finda por ensejar propostas para que os resultados melhorassem.

Alicerça o que se anuncia no parágrafo anterior, o estudo de GLÓRIA (2003), sobre os que passam sem saber, que a democratização da escola assume reminiscências liberais da Revolução Francesa, garantindo a todos o acesso à educação formal, no entanto a escola assume um papel difusor de desigualdade, conforme destaque abaixo:

Enquanto instituição social, a escola respalda e confirma os princípios do liberalismo na sua prática pedagógica, haja vista que nem todos têm o dom ou a capacidade para se instruir e ascender socialmente. Assim, a escola assume o discurso da igualdade, na medida em que anuncia o direito de todos à educação, mas, ao ampliar o acesso, a escola exerce o seu papel conforme o dom, o talento, o interesse e a vocação de cada um diferenciador, ampliando as desigualdades, pois define o acesso e a permanência na escola (GLÓRIA, 2003, p. 35)

Dentro dessa perspectiva meritocrática a ideia de fracasso escolar é atribuída ao indivíduo de acordo com suas características naturais.

Ainda tendo como base a pesquisa de Glória (2003), nas décadas de 1960 e 1970 estudos sociológicos de cunho culturalista, atestam que o fracasso escolar é atribuído às condições familiares do estudante, as quais inspiram seus valores e aspirações sociais. Entre 1975 e 1986 uma análise crítica confere à escola um papel de transformação e conservação social, verificação mecanicista que se faz acompanhar de sentimento de desencanto. Em 1980 à escola é atribuída condição de transformação social por meio de políticas econômicas e culturais, como assinalado abaixo:

a crítica à ideia da escola como mera reprodutora de uma estrutura social e de uma ideologia, instaurando-se a perspectiva da escola como um espaço sociocultural capaz de contribuir tanto para a manutenção como para as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. De fato, a escola não é apenas conservadora ou transformadora, mas age simultaneamente no sentido da conservação e da transformação da estrutura social (GLÓRIA, 2003, p. 40)

É também nesse período que surge o conceito de cultura de fracasso escolar. Como observado acima, os estudos temáticos em períodos distintos apontavam possíveis responsáveis pelo insucesso na escola ao passo que, por não encontrar solução para os baixos resultados, optou por criar o conceito de “cultura de fracasso escolar” e opor-se a ele, obviamente utilizando-se da maneira mais rápida e eficiente, qual seja, impedir a retenção.

Notadamente não faltaram produções intelectuais que afirmavam que o princípio de não retenção, dava-se por funcionalidade pedagógica e fundamentação à luz da psicologia, o que se tomado por verdade real, esvanece a leitura de medida profilática contra os maus resultados da escola, que fomentariam a evasão e a necessidade de aumento de recurso público para manter os alunos ingressantes além daqueles que restassem retidos, sendo assim, preferiu-se crer na primeira argumentação e levar a diante a não retenção no bloco pedagógico, compreendido pelos três anos iniciais do ensino fundamental. Desenhado o cenário, é aprovada a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que institui o Ensino Fundamental de nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade e, em 2010 o Conselho Nacional de Educação – CNE, emite o Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 publicado no D.O.U no dia 9/12/2010 e a Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 de 14 de dezembro de 2010, com a recomendação de que os três primeiros anos do ensino fundamental sejam um ciclo pedagógico único, livre de interrupção, conferindo assim o princípio de não retenção. Em 2013 o Programa Nacional de Alfabetização na idade Certa – PNAC, propõe que as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade,

ou seja, nos 3 primeiros anos do ensino fundamental, para tanto delinea o programa que seja aprimorada a formação docente e que se compreenda a alfabetização para além de compreensão de códigos e signos da escrita, há que pensar na articulação entre as ciências.

Não é de agora que institucionalmente se prega evitar a reprovação, na Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada em 1921, Oscar Thompson, Diretor da Instrução do Estado de São Paulo, já recomendava a eliminação da reprovação como medida adequada nos anos iniciais (ANDRADE, S.; MOCROSKY, 2019).

Segundo Andrade e Mocrosky (2019) o tema é recorrente sendo objeto de estudo nos anos de na década de 1950 e início de 1960, inclusive tendo investimento na formação docente e política de redução de reprovação por parte do governo militar durante a ditadura.

As mais contemporâneas das propostas educacionais, certamente são uníssonas de que a melhor educação deva ser calcada nas perspectivas igualitárias e eficientes, logo, propõe-se a reestruturação do ensino por meio de políticas públicas.

Segundo Teixeira (2012), as intervenções educacionais eram dirigidas de forma tendenciosa, não havendo compatibilidade entre as declarações de vontade e as medidas concretamente estabelecidas, tendo em vista a aplicação dos recursos públicos. Nessa perspectiva, evidencio o que há de mais palpável na discussão do princípio de não retenção, qual seja, a economicidade de recursos públicos, que por obvio seriam onerados em caso de não estabelecimento da progressão automática.

De acordo com Andrade e Mocrosky (2019) reduzir as taxas de reprovação e consequentemente o desperdício de recursos financeiros era uma das justificativas das autoridades educacionais para a proposição da aprovação em massa.

O que de essencial se pode prospectar deste estudo é que ao longo da história da democratização da educação no Brasil, primou-se por economizar nos investimentos educacionais, ou não aumentar seus custos, utilizando de princípios pedagógicos e psicológicos que são afetados pela reprovação, como pano de fundo para a real intenção da política de não retenção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema reprovação escolar está distante de ser uma pauta em que haja consenso por parte de especialistas em educação e educadores de forma geral. Haverá quem defenda que livrar as crianças dos traumas provocados pela repetência é medida pedagógica mais acertada, enquanto há outros que entendem que a aprovação em massa é medida estatal que desqualifica estudantes e trabalho docente. Fato é que a partir de 2010 o Conselho Nacional de Educação estabelece que os três primeiros anos do ensino fundamental constituem um ciclo de letramento ininterrupto, devendo a criança estar plenamente alfabetizada aos oito anos de idade.

Segundo Almeida (2019), justificar os números ruins da alfabetização brasileira requer uma análise profunda de todos os fatores que influenciam no processo. Não é uma tarefa de simples resolução. Ao passo em que se deva obedecer ao que está posto, haja vista tratar-se de política educacional devidamente normatizada, é imperativo que se inicie o debate sobre o tema, sobretudo por observarmos que os resultados da alfabetização não têm alcançado os índices esperados.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rene. **Reprovação nos anos iniciais: diferentes pontos de vista**. <https://www.ufrgs.br/humanista>, ano. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/05/09/reprovacao-nos-anos-iniciais-diferentes-pontos-de-vista/>. Acesso em: 20/11/2022.

ANDRADE, S.; MOCROSKY, L. **ALFABETIZAÇÃO E CICLO DE APRENDIZAGEM**. Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516), v. 18, n. 2, p. 113-134, 4 abr. 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador: AATR- BA, 2002.

PERSPECTIVAS E AÇÕES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O TRANSTORNO ESPECTRO AUTISMO (TEA).

Charliene Lima da Silva¹

José Flávio da Paz ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia-PPGE/UNIR; Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Profissional Científica e Tecnológica – EPCT/IFRO.

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia-UNIR; Pós-doutorando em Educação-UniLogos/FL-USA; Pós-doutorando em Psicologia-UFLO/BA-ARG; Doutor em Estudos Literários-UNEMAT; Mestre em Letras-UNIMAR; Mestre em Estudos Literários-UNIR; Especialista em Educação Inclusiva-UNICID; Graduado em Letras-UFSC.CV

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete a interação e a comunicação social em diversos contextos, como também por padrões repetitivos e restritos de comportamentos ou interesses. Considerando que nas últimas décadas tem crescido o número de crianças com TEA em escolas regulares. Este estudo objetiva investigar o conhecimento dos docentes sobre o TEA e as ações tomadas a partir da identificação dos sinais de TEA na Educação Infantil. A pesquisa tem como fio condutor a abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica. Os resultados mostraram que mesmo com pouco conhecimento sobre assunto, a maioria dos docentes conseguem identificar os sinais de TEA nas crianças através das observações, porém não se sentem preparados para viabilizar o processo de inclusão e que para melhorar as ações pedagógicas, necessitam de formação inicial e continuada, infraestrutura, recursos didático-tecnológicos, currículo e políticas públicas para a inclusão sócioescolar.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conhecimento. Inclusão. Prática docente. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é resultante de uma contrariedade do neurodesenvolvimento com etiologia multifatorial. De acordo com Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), podem gerar prejuízos em duas grandes áreas: na comunicação e na interação social, com possíveis atrasos na aquisição da linguagem e padrões ritualizados de comportamento e interesses restritos, incluindo movimentos e linguagem estereotipados e repetitivos, apego às rotinas e distúrbios sensoriais, conforme apontamentos da American Psychiatric Association-APA (2014).

O diagnóstico do TEA tem sido cada vez mais precoce, em média até os três anos de idade, a partir de observação comportamental. Nesse sentido, Couto et.al (2019), pesquisadores na Espanha apontaram que os professores são importantes agentes envolvidos no diagnóstico do TEA em crianças pequenas, após os familiares. 79% são casos identificados pela família e em 15% são casos pelos profissionais da educação. Em 4% são profissionais relacionado a pediatria e em 2%, o psicólogo.

Logo, a educação infantil se constitui como sendo a primeira etapa da educação básica e é um direito garantido por lei as crianças de 0 a 5 anos. O olhar dos professores nessa etapa pode ser fundamental no diagnóstico precoce e no processo de socialização e aprendizagem. Assim, a atenção sobre como estes profissionais compreendem e vivenciam o TEA assume relevância, no que diz respeito a inclusão escolar.

Com base em Santos (2019),

Os primeiros anos escolares da Educação Básica são fundamentais para a formação humana desses sujeitos e a permanência deve ser contemplada desde a Educação Infantil, sendo importante que o professor, por meio das suas práticas pedagógicas consiga incluir todos os alunos, assegurando-lhes as condições apropriadas para a sua aprendizagem e o direito constitucional à educação (SANTOS, 2019, p. 14-15).

Embora, a inclusão de alunos na educação infantil seja de grande importância nas escolas de ensino regular, é necessário que à comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento do que é autismo, as suas características e conheçam seus alunos para poder lidar com suas especificidades.

O estudo em questão, objetivou-se no sentido de investigar o conhecimento dos professores sobre o TEA e as suas ações ao identificar os sinais de TEA em uma criança na educação infantil.

DESENVOLVIMENTO

O termo autismo origina-se do grego autós, que significa “de si mesmo”. A expressão autista foi usado pela primeira vez, na Psiquiatria, por Plouller em 1906, período em que estudava o processo de pensamentos de pacientes com esquizofrenia.

Depois em 1911, o psiquiatra suíço E. Bleuler, usou o termo para descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. (ORRÚ, 2012; CAVALCANTE; ROCHA, 2007).

Em 1943, nos EUA, o psiquiatra austríaco Leo Kanner, publicou as primeiras pesquisas e descrições relacionadas ao autismo, em seu artigo inaugural *Austistic Disturbances of Affective Contact*. (Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo) na revista *The Nervous Child*, descreveu os casos de oito meninos e três meninas acompanhados por ele durante alguns anos (SANTOS, 2019).

Perpassou por diversas alterações ao longo do tempo, e atualmente é chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014).

As características do espectro comprometem, em níveis variados, duas grandes áreas no desenvolvimento infantil: comunicação e interação social, podendo interferir nos comportamentos não verbais. Ainda estão presentes nesses sujeitos o repertório restrito de atividades e interesses, por exemplo a manipulação sem criatividade dos objetos; a ausência de atividade exploratória; a preocupação com as partes de objetos; a adesão a rotinas rígidas; mudanças súbitas de humor; o hipo ou hiper responsividade aos estímulos sensoriais, e, a manifestação de comportamentos auto lesivos (FRANCO et. al 2019, APA, 2014).

Devido às especificidades peculiares, que variam de criança para criança, o processo de aprendizagem de alunos com TEA requer adaptações que confrontam os tradicionais métodos de ensino, uma vez que impõem desafios aos professores e superação de barreiras para garantir o direito e a permanência dessas crianças no ensino comum. (DUTRA, 2008).

Compreendemos que, nem todos os educadores estão preparados para lidar com as temáticas sobre à inclusão, no entanto, o acesso de alunos com TEA no ensino comum é uma realidade crescente no país. Em virtude do recente decreto da Lei 12.764 (BRASIL, 2012) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e prevê a participação destes em escolas regulares.

Na Educação Infantil, além do profissional ter o conhecimento é necessário compreender o que precisa e o que pode ser trabalhado com o TEA. Ou seja, observar o comportamento (tanto da criança com TEA, quanto das outras crianças ao se relacionarem com ela) e propor atividades de forma criativa, objetivando integrá-las e reforçar atitudes positivas, possibilitando o desenvolvimento de ambas, indistintamente, mas respeitando as singularidades. (RINALDO e SIGOLO, 2021).

Para Kelman (2010),

Compete à escola adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar.” (KELMAN, et al, 2010, p. 226).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mostram que os docentes, mesmo com pouco conhecimento sobre o TEA, conseguem a partir das observações das crianças identificar alguns sinais que podem auxiliar nessa identificação, sendo ainda, importantes agentes de apoio para o diagnóstico precoce.

A partir das suspeitas, o trabalho realizado pelos docentes e equipe pedagógica, é fazer um breve relatório de tudo que foi observado em sala, ou seja, a interação, comunicação e socialização da criança. Em seguida, encaminha-se esse relatório para orientação educacional, que faz o contato com a família, com a finalidade de compreender o comportamento da criança em casa e/ou verificar se há alguma suspeita dos pais.

Na maioria dos casos em que o docente suspeita e dialoga com os pais, que já tem um certo conhecimento sobre o assunto, eles aceitam com mais facilidade a procura por profissionais, como a neuropsiquiatra, psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogos, que possam constatar ou não se a suspeita procede, e então, conseguem o diagnóstico da criança.

Para Sampaio e Miura (2015), a falta de conhecimento sobre as características do transtorno afeta, diretamente, o trabalho pedagógico, prejudicando o planejamento as atividades inclusivas e adaptadas ao comportamento do aluno e construção de rotinas que promovam seu pleno desenvolvimento.

Logo, é importante que os professores se inteirem cada vez mais de assuntos relacionados ao TEA, pois grande parte não se sentem preparados para o processo de inclusão, visto que cada criança apresenta especificidades neurológicas distintas e, muitas vezes não são assistidos pelos pais, pela instituição e pelas políticas públicas que viabilizem um suporte devido para boa atuação junto ao público-alvo.

Destaca-se a necessidade premente de formação inicial e continuada, tanto para os professores, como para os demais agentes escolares; pensar em currículo que atenda a necessidade; infraestrutura adequada, recursos didáticos-tecnológicos e políticas públicas para que contribua na identificação precoce dos sinais do TEA e no processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

APA – American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2014.

BRASIL. **Lei nº.12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 07 fev. 2022.

CAVALCANTE, A. E.; ROCHA, P. **Autismo: construções e desconstruções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

COUTO, C.C.; FURTADO, M.C.C; ZILLY, A. SILVA, M.A.L. **Experiências de professores com autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão escolar**. Rev. Eletr. Enferm., 2019. Disponível em <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/55954/34294>. Acesso em 15 Jan. 2023.

DUTRA, C. P. **Colóquio**. Revista Inclusão, v.4, n.1, p.18-32, 2008.

KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. - **Organizadoras. Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

OLIVEIRA-FRANCO, C.R, de; RODRIGUES, O.M.P.R. **Conhecimento dos Profissionais de Educação Infantil sobre o Transtorno do Espectro Autista**. Educação: Teoria e Prática, v. 29, n.61, Rio Claro, SP, 2019.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Wak, Ed. 2012.

RINALDO, S.C.O; SIGOLO, S.R.R.L. **Educação Infantil e Crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma proposta inclusiva em construção**. Debates em Educação., v. 13, n.32, Maceió, 2021. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10920/9041>. Acesso em 15 Jan, 2023.

SANTOS, Juçara Maria Lemes Giffoni Ávila. **Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com transtorno do espectro autista na Educação Infantil**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2019. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2017/dissertacoes/mpe/b/Jucara-Maria-Lemes-Giffoni-Avila-Santos.pdf> . Acesso em: 18 fev. de 2022.

SAMPAIO, M.; MIURA, R. K. **Concepções de professores sobre pessoas com espectro do autismo**. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 2, n. 2, p. 145-160, 2015.

DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS OCASIONADOS AO COTIDIANO ESCOLAR¹

Juliene Rezende de Oliveira Vieira

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Porto Velho. Atualmente Diretora do Departamento de Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED do município de Porto Velho-RO).

Resumo: A construção e a definição de políticas públicas educacionais continuadas, de forma democrática, são primordiais para nortear a melhoria da educação com qualidade e equidade. Nessa perspectiva, este artigo traz como objetivo identificar quais os problemas apresentados pela descontinuidade das políticas educacionais, analisando quais os impactos ocasionados, e também ações que necessitam ser priorizadas, garantindo o direito à educação de qualidade. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo bibliográfica, com base em estudos de Bordignon e Gracindo (2004), Azevedo (2004), Ferreira (1998), Cury (2014), Rodrigues (2010), Luck (2011) Paro (1997), Silva (2000) e Oliveira (2003). O resultado da análise desenvolvida oportunizou a reflexão de que é importante estabelecer modelos educacionais com implantação de políticas públicas que possibilitem a criação de uma sociedade preparada para atuar, contribuindo de forma significativa para o crescimento do país, através de políticas educacionais continuadas e efetivas.

Palavras-chave: Educação. Políticas públicas. Qualidade. Gestão. Descontinuidade.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são desenvolvidas pelo Estado, através de ações que visam ao cumprimento dos direitos previstos nas legislações, garantindo o bem-estar da sociedade. O Estado tem papel fundamental para a eficiência e a efetividade das políticas públicas; portanto, é necessário que se cumpram as fases de planejamento, implementação e avaliação.

É extremamente importante desenvolver políticas públicas educacionais para o avanço da qualidade educacional no país. No entanto, a continuidade dessas políticas muitas vezes se torna fragmentada, por estar relacionada a articulações políticas. Nesse sentido, no universo público, é bastante comum haver indicações e interferências políticas, principalmente no ambiente escolar, na figura do diretor, situação que impacta diretamente nas ações políticas que vêm sendo desenvolvidas na educação. Dessa maneira, questiona-se: quais os problemas apresentados pelas descontinuidades das políticas educacionais?

Na busca de responder a esse questionamento, o presente artigo tem como objetivo identificar os problemas apresentados pela descontinuidade das políticas educacionais, considerando a falta de democracia no seu processo de implantação, não havendo a participação da comunidade, pais, estudantes e demais envolvidos no âmbito educacional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em estudos de Bordignon e Gracindo (2004), Azevedo (2004), Ferreira (1998), Cury (2014), Rodrigues (2010), Luck (2011) Paro (1997), Silva (2000) e Oliveira (2003).

¹ Artigo apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa em Educação, do Programa de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondônia, ministrada pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, no primeiro semestre de 2021

Vale salientar que, para que as políticas públicas educacionais sejam consolidadas, é extremamente importante que haja a participação democrática de todos os agentes envolvidos, durante o processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação, favorecendo a valorização e o reconhecimento de políticas eficientes e de qualidade.

O presente artigo está organizado em três seções: a primeira seção contextualiza as políticas públicas de educação, numa concepção democrática; a segunda, caracteriza o estado como uma instituição a favor do povo; e a terceira se refere às políticas educacionais no contexto democrático.

Espera-se, com este trabalho, oportunizar uma reflexão para que se tenha formação de novas mentalidades, atuantes na sociedade de modo ativo e crítico, incentivando a mudança a favor de um mundo melhor, a partir de políticas públicas educacionais.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NUMA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA

A organização democrática, que visa objetivos transformadores, necessita da participação de todos, envolvendo também os pais e estudantes, e não somente a direção escolar, evitando-se a supremacia dos interesses corporativos em detrimento dos interesses educacionais coletivos. Para Bordignon e Gracindo (2004, p. 152):

No novo paradigma emergente, que fundamenta a nova concepção de educação e, portanto, sua prática social, o poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais do que o outro, pior ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais.

Conforme se observa no trecho acima, independentemente das diferenças dos sujeitos, seja em qual for o aspecto, todos têm o direito de exercer a cidadania; portanto, as relações de poder não podem se construir de forma particular e sim para atender as demandas da sociedade. Nesse viés, a gestão democrática é vista como a mais adequada organização escolar, pois permite a participação dos agentes que nela estão inseridos, proporcionando a autonomia escolar.

É importante frisar que, enquanto política pública, a democratização exige que se tenha em mente uma concepção ampla de gestão escolar democrática da escola pública, que envolva, de forma efetiva, toda a comunidade, educadores e estudantes, em busca de soluções para os problemas da escola, implementando políticas públicas, a fim de alcançar as metas projetadas, favorecendo a qualidade da educação. Nesse sentido, Azevedo (2004, p. 59) afirma que:

Não se pode esquecer que a escola e a sala de aula são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta por em ação. O cotidiano escolar, portanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política [...] entendida aqui como programa de ação.

Nesse contexto, o autor reforça que todas as políticas públicas implementadas terão reflexos diretamente nas salas de aulas, por meio dos estudantes, onde se concretizam os resultados de aprendizagens, possibilitando a elevação dos índices educacionais. Quando não há continuidade das políticas por meio das escolas, conseqüentemente, haverá impactos negativos para a qualidade da educação.

2 O ESTADO: UMA INSTITUIÇÃO EM FAVOR DO POVO

A participação popular e a gestão democrática incidem positivamente na aprendizagem, uma vez que não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola. As políticas educacionais estão intrinsecamente relacionadas à criação de espaços que oportunizem deliberações coletivas, em que a gestão democrática dos sistemas de ensino constitui dimensões para que haja o acesso à educação de qualidade. De acordo com Ferreira (1998, p. 113),

Um processo de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho tem já, na sua raiz, a potência da transformação. Por isso é necessário que atuemos na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e que a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem, coletivamente, no companheirismo e na solidariedade. [...] uma aprendizagem dos conteúdos científicos da cultura erudita e os conceitos éticos de convivência social [...].

As palavras de Ferreira (1998) possibilitam uma reflexão sobre a importância de cada vez mais se ter a participação da sociedade na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, para que sejam fortalecidas e reconhecidas no país, tornando a sociedade mais justa e com menos desigualdades, aprimorando a democracia e qualificando as políticas públicas.

O método de reconfiguração do próprio Estado se constitui com a participação social, aproximando o cidadão, superando o velho modelo tecnocrata de políticas públicas baseadas na premissa do Estado externo à sociedade, possibilitando um novo modo de governar, baseado no diálogo constante com os atores da sociedade civil. Segundo Cury (2014, p. 31) “[...] o dever de Estado, a fim de satisfazer um direito do cidadão juridicamente protegido, convive com uma forma federativa de educação em suas atribuições e competências”. O autor ressalta que, além de criar mecanismos para a participação popular na criação de políticas públicas, é necessário, de forma simultânea, possibilitar condições para que essa participação seja feita de forma qualificada e estruturada, constituindo uma metodologia permanente da política educacional.

Vale enfatizar que já houve avanços no que diz respeito à participação e autonomia da população em prol da gestão democrática; no entanto, em relação ao planejamento e organização da educação nacional, os avanços ainda não são tão significativos, devendo essa prática trazer, estrategicamente, a superação do autoritarismo, do patrimonialismo, do individualismo e das desigualdades sociais, visto que as desigualdades educacionais causam desigualdades sociais.

Segundo Rodrigues (2010), é importante oferecer a criação de planos estratégicos por meio da participação, formando o “povo” capaz de governar e governar-se, havendo uma preparação política e pedagógica, informando a população sobre o funcionamento do estado e suas diversas instâncias de poder e os diversos órgãos públicos, como e onde participar, contribuindo para com o controle social das ações públicas, favorecendo verdadeiros mecanismos de gestão pública não estatal. É inegável o papel do Estado na garantia de direitos e nas relações que possibilitam à sociedade exercer seu papel, atendendo às demandas das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, efetivando políticas públicas, através de um conjunto de ações, consideradas diretrizes governamentais, expressando as formas de relacionamento do Estado com a sociedade civil. Nesse contexto, Rodrigues (2010, p. 13) comenta que:

Política Pública é o processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.

Dessa maneira, observa-se que as políticas públicas são efetivadas diante da concretização dos direitos da sociedade, contribuindo para a formulação dos objetivos e finalidades da atividade estatal.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO

Conforme o art. 206 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a gestão deve ter mecanismos participativos, o que é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), a qual determina que os poderes da localidade estabeleçam normas da gestão democrática para Educação Básica, apontando a importância da qualidade do profissional a frente da escola.

Para que as escolas sejam ambientes provedores de oportunidades de aprendizagem, independentemente das diversidades socioeconômicas dos alunos e servidores, é extremamente importante a figura de um gestor qualificado; porém, muitos desses cargos são ocupados, na maioria das vezes, apenas por uma indicação política, não levando em consideração a carreira e a qualificação desse profissional. Nesse contexto Luck (2011, p.140) afirma que:

Pela indicação política se revela uma falta de compromisso e um pouco caso com a educação. O mérito é o reconhecimento daquele em que se acredita e expressa competência e não se pode enganar ninguém, porque o discurso e a ação devem se corresponder. Quando o diretor é ligado politicamente a comunidade se afasta. Do contrário se compromete com a educação.

Dessa maneira, é importante ter gestores que, de fato, tenham perfil adequado para assumir o cargo. É necessário construir uma escola verdadeiramente democrática, que efetivamente assegure aos alunos a aprendizagem e que possua condições organizacionais e pedagógicas. Nesse sentido, vale ressaltar que os gestores são profissionais que desempenham um papel de extrema importância na determinação do clima e da cultura organizacional da escola e na efetividade da aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, Paro (1997, p. 12) comenta que:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos.

Os bons resultados na educação não surgem de um dia para outro, pois dependem das eficientes políticas educacionais implantadas. O gestor educacional ocupa um papel importante nesse processo, pois a ele cabe organizar um trabalho pedagógico que contribua para a aprendizagem de qualidade dos alunos e também gerir as diversas demandas em relação aos aspectos administrativos, financeiros e humanos das escolas da rede pública. Nesse sentido, Bordignon e Gracindo (2004, p. 149) ressaltam que:

A Gestão do Sistema Municipal de Ensino constitui-se, essencialmente, como um processo de articulação para o desenvolvimento da Proposta Político-Pedagógica das escolas de sua jurisdição. Esse processo se fundamenta e é conduzido segundo uma determinada concepção de educação e de sociedade. Pensar, pois, um processo educacional e a ação das escolas significa definir um projeto de cidadania e atribuir uma finalidade à escola que seja congruente com aquele projeto. Pensar a escola e a construção de seu projeto de vida requer o estabelecimento de fundamentos sobre os quais se assenta essa construção, ou seja: definir pressupostos filosóficos, sociais e educacionais.

De acordo com a citação acima, o papel do diretor deve ser focado na condução da gestão escolar, seja na aplicação de procedimentos padronizados para gestão, seja por conta de suas características de administrador. No papel do diretor, enquanto gestor, é importante destacar a gestão democrática (participação de professores e comunidade escolar nas responsabilidades pedagógicas) como uma das principais características de liderança e gestão dos diretores escolares.

3.1 A Reforma do Estado no Brasil e as implicações nas políticas educacionais

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela retomada dos movimentos sociais e também pelo fim da ditadura militar, que durou cerca de 21 anos. Um grande marco jurídico que materializa esse momento de conquista de direitos é a promulgação da Constituição da República Federativa no Brasil, no ano de 1988. Diante disso, Silva (2000, p.1) traz a seguinte reflexão:

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, marco de um amplo processo de discussão entre as diversas classes sociais da sociedade brasileira, cuja pauta política tinha como principal destaque a revalorização do espaço público e a democratização das relações entre Estado e a sociedade, consagrou alguns direitos que a diferencia das constituições anteriores. Para os objetivos desta comunicação, destaco em primeiro lugar, a consagração de políticas estatais de caráter universalizante, enquanto direito do cidadão e dever do Estado. Em segundo lugar, a Constituição Federal de 1988 adotou como princípio que 'todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta constituição' (CF, artigo 1º, parágrafo único). Em respeito a este princípio, a 'participação da comunidade' ou uma 'gestão democrática' foram previstas no processo decisório das políticas estatais, sendo posteriormente regulamentadas através das leis ordinárias que definiram o caráter, a composição e as competências dos mecanismos de participação.

A reforma do Estado, no Brasil, teve seus primeiros passos no governo de Fernando Collor de Melo, tendo continuidade no governo Itamar Franco e foi definitivamente consolidada no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998).

A tarefa do Estado Democrático é desenvolver ações com objetivo de superar as desigualdades sociais e regionais e oportunizar um regime político que colabore na construção da justiça social, com a participação popular. Os indivíduos inseridos nesse sistema democrático são constantemente convidados à participação: são chamados a interagir com os meios de comunicação; participarem em partidos políticos, associações, agremiações, entidades nacionais e internacionais etc. Assim, Oliveira (2003, p. 11-13) destaca 10 princípios da participação, sendo alguns deles:

- 1.A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas. Como são necessidades básicas a alimentação, saúde, educação, o ser humano tem a necessidade de refletir sobre algo, autovalorizar-se, expressar-se e por fim participar. Privá-lo disso, mutila sua personalidade.
- 2.A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados. Uma vez que a participação é uma necessidade e um direito, ela deve ser levada a efeito independente de atingir seus objetivos ou não.
- 3.A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. Pessoas antes passivas e conformistas transformar-se-ão em pessoas ativas e críticas, ocorrendo descentralização e distribuição do poder.

4.A participação leva a apropriação do desenvolvimento pelo povo. O povo é coparticipe, corresponsável pelo sucesso ou pelo fracasso do projeto.

5. A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa. Com a prática e autocrítica, a participação vai se aperfeiçoando.

6.A participação pode ser provocada e organizada sem que isto signifique necessariamente manipulação. Pode até ter objetivo de manipular um grupo em determinada situação (o que é desaconselhável), mas é dever do poder público propiciar todos os meios para que a população participe e deem um caráter de maior legitimidade a seus atos.

9. A participação poderá resolver conflitos mas também poderá gerá-los. É um erro esperar que a participação traga, necessariamente, a paz e ausência de conflitos. O que ela traz é uma maneira mais evoluída e civilizada de resolvê-los. A participação tem inimigos externos e internos: em nossa sociedade classista e hierárquica nem sempre se aceita o debate com “inferiores” na escala social ou de autoridade. Dentro do próprio grupo haverá pessoas que, mesmo admitindo que todos são iguais, consideram-se “mais iguais” que os demais.

Mediante o contexto apresentado, observa-se o quão valioso pode ser agregar à gestão mecanismos que possibilitem a participação e envolvimento de diversos atores em um processo de implantação de políticas públicas. Entretanto, observa-se o desafio aos gestores para estabelecer o equilíbrio nesse ato, de forma que possibilite, de fato, a implantação de ações efetivas e exequíveis, que agreguem às decisões do gestor partes positivas, obtidas pela participação de todos os envolvidos - que são peças fundamentais no processo de implantação de políticas públicas -, por serem usuários dos serviços públicos oferecidos.

4. CONCLUSÃO

A participação coletiva nas tomadas de decisões é totalmente relevante para que haja avanços educacionais, sendo necessário que o poder público, isto é, o Estado, tome decisões em relação à educação, tornando-a prioridade, com tomadas de decisões democráticas, estabelecendo um diálogo verdadeiro, em busca da transformação da educação baseada em valores mais éticos e mais justos.

São vários os aspectos que evidenciam os problemas ocasionados decorrente das descontinuidades das políticas educacionais, pois não há uma efetiva participação da sociedade na estrutura burocrática do setor educacional, bem como seu maior envolvimento na construção de políticas públicas educacionais, que historicamente têm sido retratadas pelo autoritarismo do poder público. Na maioria das vezes, os profissionais da educação, pais, estudantes e comunidade em geral não participam das tomadas de decisões. Essa postura dos gestores públicos não permite nem mesmo a sensibilização desses atores diante das propostas apresentadas e, por isso, estas são parcialmente alcançadas ou fracassadas em sua totalidade.

A descontinuidade das políticas educacionais impactam diretamente no cotidiano escolar, considerando vários aspectos que atingem diretamente a qualidade do ensino e aprendizagem. Dessa maneira, cabe aos gestores públicos estabelecer possibilidades a favor da democracia, buscando soluções, promovendo políticas educacionais que produzam conhecimento reflexivo, político, crítico e transformador, objetivando qualidade em todos os níveis do sistema público de ensino.

Nessa perspectiva, a sociedade precisa estar engajada e assumir seu espaço com responsabilidade, apoiando no controle das atividades pedagógicas e administrativas dentro do ambiente escolar. Fica evidente que, quando não há interesse dos gestores em priorizar políticas públicas educacionais eficientes, isso acarreta uma série de problemas em relação à aprendizagem dos estudantes e, consequentemente, leva a escola a descumprir o seu papel.

Cury (2014) salienta que o estado tem o dever de satisfazer o direito do cidadão juridicamente protegido, convivendo com uma forma federativa de educação em suas atribuições e competências. Sendo assim, as políticas públicas educacionais envolvem decisões políticas que requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos a serem alcançados, com ações articuladas de forma democrática, buscando alterar a realidade em respostas às demandas e interesses coletivos, conquistando a equidade no âmbito educacional com eficiência e qualidade na aprendizagem dos estudantes.

Portanto espera-se que a escola pública seja realmente para todos e de qualidade, que efetivamente cumpra seus objetivos quanto ao pleno desenvolvimento dos estudantes e ao preparo para o exercício de sua cidadania. Assim, políticas públicas precisam ser lançadas para que se atinja esse objetivo.

5. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - Lei nº 9.394/96**. Brasília, DF: Ministério de Educação, 1996.
- BORDIGNO, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. de S. (Orgs.). *Gestão da educação - impasses, perspectivas e compromissos*. 4ª Ed. SP: Cortez, 2004.
- CURY, C. R. J. **Sistema nacional de educação: uma reflexão provocativa ao debate**. IN: CUNHA, C. da; GADOTTI, M. Bordignon, G.; NOGUEIRA, F. *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. Brasília: MEC/SASE, 2014, p. 34-43.
- FERREIRA, N. S. C. **Gestão participativa da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUCK, H. **Mapeamento de práticas de seleção e capacitação de diretores escolares – Relatório Final**. CEDHAP - Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011.
- OLIVEIRA, E. A. de. **Participação democrática**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tematico/PartDemo.pdf>. PUC/MG, 2003. Acessado em: 03 ago. 2021.
- PARO, V. H. **Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In BASTOS, J. B. (Org.) *Gestão democrática*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- SILVA, I. G. **A Reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processo e contradições**. In: IV CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2000, Coimbra. *Cadernos de resumo*, 2000. v.1., p.1-13.

DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: ONDE RESIDE O NOSSO COMPROMISSO, ENQUANTO CIDADÃO E EDUCADOR.

Néstor Raúl González Gutiérrez ¹

José Flávio da Paz ²

¹ Professor da Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD Colômbia; Pós-doutorando em Psicologia-UFLO/Argentina. Doutor em Estudos Literários-UNEMAT. Mestre em Letras-UNIMAR. Especialista em Libras: Tradução, Interpretação, docência e proficiência-FATERN. Graduado em Letras: Português/Espanhol-UNICID. Graduado em Educação em Ênfase em Educação Especial-UPN/Colômbia.

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia-UNIR; Pós-doutorando em Educação-UniLogos/FL-USA; Pós-doutorando em Direitos Humanos, Difusos e Sociais-USAL-Espanha; Doutor em Estudos Literários-UNEMAT; Mestre em Letras-UNIMAR; Mestre em Estudos Literários-UNIR; Especialista em Educação Inclusiva-UNICID; Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais-Farese ; Graduado em Letras-UFSC.

Resumo: O presente artigo é resultante de revisão bibliográfica e análise do cenário educacional que passam as nossas escolas e a sociedade, em prol das garantias de um ensino-aprendizado de qualidade e equitativo que respeite e inclua as diferenças e garanta um aprendizado significativo, a partir do cotidiano da reflexão dos agentes envolvidos em tal processo, diante das normas e códigos que os regem. Para tanto, buscou-se aporte teórico em ABRANCHES (2008), ALMEIDA e ALMEIDA JUNIOR (2007), SETTON (2002) entre outros que oportunizem um novo olhar e uma possível alternativa de mudança e transformação socioeducacional na escola e na sociedade, sustentados os marcos da “universalidade”, “indivisibilidade” e “interdependência”, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais acordos internacionais vigentes.

Palavras-chave: Direitos humanos em educação. Educação e diversidade. Inclusão das diferenças. Sociedade e cultura brasileira.

INTRODUÇÃO

O que podemos falar sobre a temática atualmente? Como podemos reagir frente a um Brasil que foi o último a libertar seus escravos? Recordista em registro de casos de injúria racial, de feminicídio, de desassistência à criança, a juventude e aos idosos? Que categoriza, classifica e segrega pessoas com cor, crença, sexo e desconsidera todas as possibilidades de ser diferente e transitar livremente nas mais diversas instâncias dos saberes e conhecimentos, sejam populares ou científicos, visto que nem todos têm acesso a uma educação de qualidade e, quando conscientes das suas origens e histórias, tem o seu saber ignorado pelas ciências?

Como podemos perceber, não parece tão simples dissertar sobre a tríade, sem que não externalizemos a angústia e o grito que sufocam a grande maioria do povo brasileiro. Isto porque, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (RDH/ONU), de 2019, somos o segundo país no mundo a concentrar a grande maioria das riquezas em um percentual mínimo da população, para termos uma ideia, 1% dos habitantes deste Torrão detêm quase 29% de toda a riqueza que aqui se produz. Um absurdo, pois em oposição, temos gente morrendo por sede e fome, sem moradia digna, educação, saúde e segurança precárias como se não fossem merecedoras, tanto quanto.

Todavia, é importante que nos percebamos no tempo, no espaço e reconheçamos que muitas ações foram empreitadas para que essa tríade se constitua e se efetive no cotidiano das pessoas, embora se reconheça que muito ainda precise ser feito para que todo os marcos legais se concretizem no dia a dia do cidadão. Nesse sentido, não podemos perder de vista o que contam as histórias das chamadas “minorias”, diante das situações de injustiças, segregação, preconceitos e outros que excluem e desrespeitam a cultura e a origem do outro.

Faz-se necessário refletir ainda, quem são os delegados para fazer emergir a base populacional e quais seus reais interesses com as comunidades que, muitas vezes, sequer as conhecem e, se as conhecem, falam de longe, com olhares discriminatórios por sua condição e aparência estética, física, econômica e sociocultural.

CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO: DOS MARCOS ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

O certo é que, a partir do que preceituam os marcos da “universalidade”, “indivisibilidade” e “interdependência”, presentes pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, todos temos direitos pelo simples fato de sermos seres constituídos de humanidade. Portanto, igualmente dignos dos direitos, muitas vezes, alienados pela impossibilidade de acesso a educação de qualidade, crítica, participativa e cidadã que, se posiciona a favor dos interesses de uma elite majoritária e excludente.

Prova disso, basta percebermos ainda que somos o País com maior número de dias letivos escolares, mas o grande número de feriados, festividades no espaço escola e o excesso de reuniões em prol de uma burocracia cansativa, poucas são as aulas de fato ministradas. Isso difere quando distinguimos a escola mantida pela escola pública e a escola privada, pois seus interesses são, visivelmente, distintos. Ou seja, a primeira, existe para cumprir determinadas políticas; enquanto, a segunda, para formar os gestores e líderes, mantendo a separação que nos assola desde o período exploratório do século XV.

Diante do exposto, temos que considerar ainda que, concernente à sociedade, história e cultura brasileira “estamos todos em transição”, como diria o sociólogo, Sérgio Abranches (2008), quando refletindo sobre as incertezas pós pandemia. Isso implica dizer que é possível uma (re)ação frente a tudo isso, sem que tenhamos que criar guerras novas. Sim, pois os direitos humanos, mais precisamente quando nos referimos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, advém desse cenário. Ou seja, quando falamos desse documento, em especial, reportamo-nos aos momentos anteriores e posteriores a Segunda Guerra Mundial.

Antes disso, ocorreram outros três marcos internacional discursivos importantes que nos levaram a tal documento: o Direito Internacional Humanitário, a Liga ou Sociedade das Nações (substituída por Organizações das Nações Unidas, posteriormente) e a Organização Internacional do Trabalho que corroboraram para as garantias dos direitos humanos em tempos de guerra, a cooperação em prol da paz e da segurança, não apenas no âmbito do coletivo dos países signatários, mas no plano individual da pessoa humana.

Sendo o Brasil um dos membros signatários da ONU, a sua adesão foi total e está refletida na nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo reforçada pelos fundamentos dos direitos humanos difundidos na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos que foi realizada em Viena, no anos de 1993 e teve reflexos nas iniciativas socioeducacionais brasileiras que favoreceu ainda, a atual lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Tida como a Carta Educacional mais justa e equitativa por trazer determinadas possibilidades de avanço educacional, em especial, quando tratamos das questões de acesso e permanência da pessoa com deficiência, por meio do Capítulo V - Da Educação Especial; conduzir os estudantes a reconhecer as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das

matrizes indígena, africana e europeia (Art. 26); assegura o respeito à diversidade cultural religiosa (Art. 33); a educação a distância (Art. 80) e muitas outras que favoreceram as normas e demais legislações que criaram possibilidades de incluir nos currículos escolares temas como: crianças, adolescências, idosos, o combate às desigualdades raciais, de gênero entre outras.

Nesse sentido, reafirmamos: “estamos todos em transição”, pois embora tenhamos a participação popular, por meios de chamada públicas, sejam virtuais, presenciais e híbrida, ainda falta a colaboração de muitos para que efetivemos a democracia e a cidadania Brasil, uma vez que isso só poderá se tornar real, ao passo que dermos as mãos e formos solidários às coisas que devem ser comuns.

Afinal, indistintamente, ainda que foquemos numa perspectiva minimalista, basta que atentemos a Pirâmide de Maslow que nos apresenta algumas necessidades básicas, enquanto seres humanos: ar, água, comida, exercício, repouso e saúde (as fisiológicas); abrigo, estabilidade, segurança (segurança); se sentir querido, pertencer a um grupo, ser incluído (sociais); poder, reconhecimento, prestígio e autoestima; Autor realização: desenvolvimento, criatividade, autonomia, realização (estima).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, uma sociedade mais justa e equitativa será possível quando formos capazes de reconhecer que os atos de ler, compreender e interpretar o meio que habitamos; a empatia e a sensibilidade para com as causas alheias, mas comuns por sermos pertencentes a uma única raça; o reconhecimento de que somos limitados em muitos aspectos e, portanto, podemos ser ou estar apto ou inapto é uma questão relativa ao desenvolvimento sócio-histórico, pessoal e profissional; entre outras indagações.

Sem essa reflexão que nos faz humanos e com as práticas ditatoriais atuais que temos vivenciado, jamais alcançaremos o ápice da formação humana, pois é preciso que reconheçamos cotidianamente, não apenas na área educacional, mas social e histórica também, a máxima dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, propostas no relatório do economista francês Jacques Delors, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da Unesco, em 1999.

A educação deste tempo carece que tenhamos sujeitos mais autônomos, mais críticos e participativos, que possam se reconhecer únicos e, portanto, singulares e diferentes. Logo, capazes de conviver e respeitar as diferenças, consigam trabalhar em equipe, fazendo do aprendizado um constante e significativo constructo para os envolvidos e a melhoria, por conseguinte, no meio em que vivem, ampliando as competências socioemocionais e a saúde mental de todos da comunidade.

Por fim, é salutar e destacar que esse é um processo que exige fôlego e um trabalho hercúleo permanente de cooperação e interesse dos grupos e das pessoas em prol a uma evolução coletiva, de sobremaneira que nenhum dos envolvidos largue as mãos dos demais, por se tratar de uma corrente forte e de militância constante. Que nenhum fique calado ou perca sua voz frente a possibilidade de fazer aludir ao outro, enquanto companheiro de lutas e de batalhas e, que a humanidade possa, como uma catapulta, lançar para frente melhorias, reconhecendo o hoje, como o momento exato do desejo de mudança e que tal desejo consiga contagiar o outro que ora dorme tranquilo em berço esplêndido por nunca ter acessado o universo do irmão menos favorecido e que carrega consigo as marcas de uma exclusão que, infelizmente, se naturaliza e se banaliza, como tem acontecido às vidas, sejam humanas ou não, segregadora e ditatorial, seja na sua mente, no seu corpo ou no espírito, constituindo-se marcas indeléveis no seu *modus operandi*, do contínuo ou *habitus* contidos nas premissas epistemológicas do pensador francês Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Vivemos um pesadelo democrático, mas não é a distopia realizada.** In.: Revista Problemas Brasileiros: um Brasil – Edição especial. Ano 58. Jan 2008, pp. 07-11;

ALMEIDA, Ana Maria Galvão de Barros; ALMEIDA JUNIOR, **Fernando Frederico de. Jacques Delors e os Pilares da Educação.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Mar 2018. Ano 03, Ed. 03, Vol. 02, pp. 12-25;

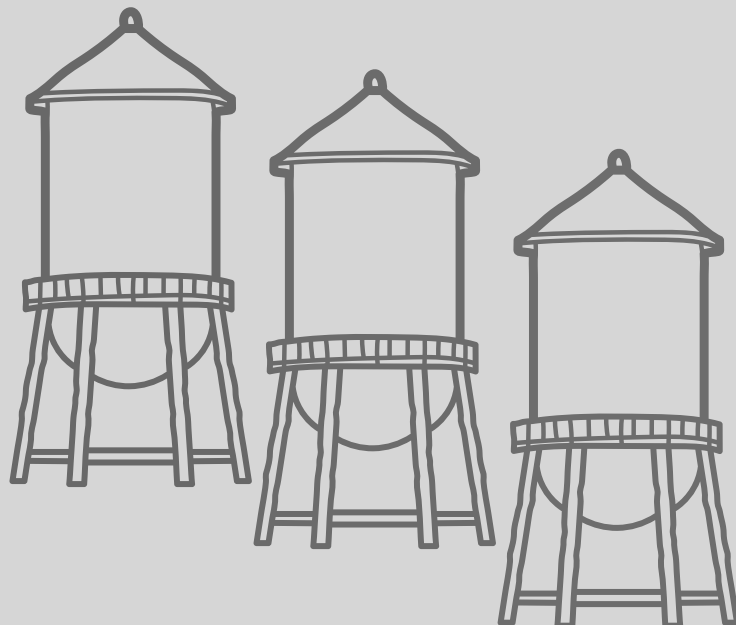
AQUINO, Líbia Maria Serpa. **Direito aplicado à educação.** Canoas: ULBRA, 2020;

PATEL, Neil. **Pirâmide de Maslow: o que é, necessidades e como aplicar.** Disponível em <https://neilpatel.com/br/blog/piramide-de-maslow/>. Acesso em: 21 jan 2023;

PREVITALLI, Ivete Miranda; VIEIRA, Hamilton E. Santos. **Educação e diversidade.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017;

RODRIGUES, Maria de Lourdes Alves; ESCANFELLA, Célia Maria (Orgas). **Formação de conselheiros em direitos humanos.** Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007;

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** In. Revista Brasileira de Educação. maio/jun/jul/ago 2002 nº 20, pp. 60-70;



RELATO DE EXPERIÊNCIA

VIDA DOCENTE NO 3º ANO: PERCURSOS E POSSIBILIDADES DE ALFABETIZAR COM A LITERATURA

Rute Barboza da Silva

Graduada em Pedagogia (UNIROM), Letras Libras/ cursando 8º p. (UNIR). Especialista: Psicopedagogia (FGV/Porto), Práticas Pedagógicas (IFROFMG), Libras e Educação de Surdos (UNIROM), Docência do Ensino superior e Educação Ambiental (cursando IPB). Mestranda: Educação (UNIR), Doutoranda: Educação (UNIR).

Resumo: A escola é um espaço de possibilidades mil. Sabemos que muitos não a acessam por diversas razões, temos que compreender todos os processos educacionais em suas diversas etapas. Em especial o 3º ano do ensino fundamental I, por ser o fechamento do ciclo da alfabetização requer atenção maior. Pesquisar, deve ser exercício diário e contínuo do professor, pois, implica em ir além da sala de aula. A literatura morna-se uma ferramenta louvável nas mão de um professor alfabetizador. Primoroso é o educador enxergar, que cada um é parte do todo. A educação é um ato político de direito, por mais institucionalizada que venha ser, as relações humanas, a interação cultural deve ser valorizada visando um aprendizado universal, consiste, significativo onde a equidade seja o fio condutor das ações humanas.

Palavras-chave: Alfabetização. Aprendizagem. Equidade. Interação. Literatura.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é um “Relato de Experiência”, que decorrerá em três tópicos. Introdução; onde apresento-lhes, como está estruturado toda e escrita.

Desenvolvimento; corpo do trabalho se constituirá de três subtópicos nos quais apresentarei o tema escolhido para as atividades com os alunos, tempo de execução, os objetivos, metodologia e nossos convidados de honra “os teóricos”, e os documentos normativos e referencial da educação etapa 06 a 08 anos, “alfabetização”.

Conclusão; onde deixarei minhas considerações quanto a importância do processo de alfabetização significativa tanto para o aluno quanto para professor.

A experiência exitosa deu-se no ano de 2018, em turma de 3º ano da alfabetização, turno Vespertino, 3º bimestre, na escola: João Ribeiro Soares, R Andreia, N:1726, Bairro Igarapé, Zona Leste na cidade de Porto Velho - RO.

2. DESENVOLVIMENTO

2. 1. HIERARQUIA SISTEMATIZA: PRÁTICA E TEORIA A EMOÇÃO NO CAMINHAR

A literatura é a arte da palavra escrita e se apresenta em três gêneros literários o narrativo, o lírico e o dramático. Trata-se, de manifestações artísticas em prosa ou verso. O conceito de literatura também pode compreender o conjunto de histórias fictícias inventadas por escritoras em determinadas épocas e lugares, sejam poemas, romances, contos, crônicas, novelas.

Os textos literários possuem uma função muito importante para o ser humano, de forma que provocam sensações e produzem efeitos estéticos os quais nos fazem entender melhor nós mesmos, nossas ações bem como a sociedade em que vivemos, segundo Coutinho:

A Literatura é, assim, a vida, parte da vida, não se admitindo possa haver conflito entre uma e outra. Através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana. (COUTINHO, 2008, p.24).

Contudo, devemos lembrar que o conceito de literatura foi se alterando ao longo do tempo e seu significado tal qual conhecemos hoje, é diferente da visão clássica. Portanto, a literatura permite ao homem conhecer a si mesmo, e a própria realidade. O que consequentemente, direciona um despertar de senso crítico, então é bem verdade que a literatura serve para o conhecimento do mundo e do ser.

2.2. ENSINAR E APRENDER: RELAÇÕES MÚTUAS NUM MESMO ESPAÇO

No ano de 2018, atuando no 3º ano do ensino fundamental, onde têm-se a preocupação de fechar a alfabetização, trabalhei incansavelmente a leitura e escrita de inúmeras formas, livros, textos, figuras, fichas, objetos, relatos, dinâmicas, pois tinha a preocupação de proporcionar aulas dinâmicas, alegres onde os alunos tivessem satisfação em estar na escola.

Partindo desse pressuposto, foi realizado uma seleção de textos literários dos gêneros, histórias, poesias, contos, crônicas conforme demonstra o quadro abaixo.

Critério usado para seleção dos textos: narrativas curtas e com imagens.

Narrativo → 07	Lírico → 03	Dramático → 05
Estórias/ causos	Contos / músicas	Poesias / Quadrinhas
A invenção do abraço. Ricardo Silvestre	Se essa rua fosse minha. Eduardo Amos	A menina Mariazinha. Elisângela Terra
A galinha ruiva. Ingrid Biesemever Bellinghausen	Com açúcar com afeto. Chico Buarque	Peixe-serra e Tubarão-martelo. Lalau & Laura Beatriz
O casamento da senhora baratinha. Elma Maria Fonseca	Aquarela. Vinícios de Moraes	Minha escola. Jane Emirene
A menina do narizinho empinado. Monteiro Lobato	-----	A mudinha. Gil Carvalho
A casa que Pedro fez. Revista Pedagógica	-----	Cinco trovinhas para duas maozinhas. Tatiana Berlink
Aula de natação. Graça Botituci	-----	-----
A fada que tinha ideias. Tereza Cristina	-----	-----

Diante da seleção já levantada e impressa, foi disponibilizado e também lido para os alunos todos os textos durante uma semana que abarcava cinco aulas de Português. A proposta era que ouvissem, lessem, levassem para casa para ler com a família só então, poderiam escolher um dos textos em uma votação em sala, qual texto iria ser explorado em todas as dimensões possíveis. O transitar dos textos durou duas semanas.

A obra, destacada em cor vermelha no quadro acima foi a vencedora pela maioria dos alunos, em uma votação democrática, tendo como regente um dos alunos o, “escriba do dia” como era pela turma intitulado. Em todos os momentos da aula, os alunos interagiram ativamente do processo ensino-aprendizagem, pois, a aula tem que fazer sentido levando as crianças se verem como protagonistas do seu aprender, da sua história tornando as atividades escolares significativa no contexto vivenciado como diz Moreira (2010);

É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem significados ou maior estabilidade cognitiva. (MOREIRA, 2010, p. 2).

Consciente, que o público assistido eram crianças em processo de alfabetização, oriundas de família baixa renda, alguns de pais: analfabetos, assalariados, autônomo trabalhadores da área urbana; passam o dia fora e as crianças ficam sozinhas em casa, tendo como única alimentação, do dia, a refeição da escola. Tinha “EU”, às vezes, que ser mais que professora, como afirma Paz & Bezerril (2010):

É preciso consciência que, enquanto cidadão e profissionais formadores de opiniões, podemos ser a luz que abri caminhos e condutores do conhecimento das contradições existente entre a teoria e a prática efetiva da atualidade em prol a superação humana. (Paz & Bezerril, 2010. p.36).

Assim, entendemos que somos luz na vida daqueles que muitas vezes nem sabem quem são, melhor dizendo, no ofício da docência se cabe, um pouco de amorosidade.

Objetivando, instigar a curiosidade e o interesse dos alunos para os textos e livros procurei ministrar aulas dinâmicas e prazerosas onde a interação prevalecesse. Combinando, ações e atividades nas brincadeiras, jogos, encenações teatrais, música, roda de leituras que provocam a participação de todos e que a satisfação de estar na escola fosse real para os alunos. Era notório, que muitas crianças não tinham nenhum estímulo por parte da família. Como vivemos num mundo de muitas linguagens, vi a literatura como um, recurso motivacional para as ações junto as crianças.

A literatura tem o papel humanizador, é um meio eficiente de enriquecimento e desenvolvimento do caráter humano, acionando, assim, as potencialidades do indivíduo. Cândido (2011), diz:

Chamarei de literatura, de maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lendas, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista desse modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. (Cândido 2011, p. 176).

A arte expressa, na escrita dos diversos textos literários aguça o imaginário, desenvolve a linguagem e estimula a produção de conhecimento, desperta sensações.

2.3. ALFABETIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA CULTURAL: ALINHAR É PRECISO

A consciência cultural, trata-se dos fatores econômicos e seus correlatos sociais os elementos de ideia ou dos símbolos do sistema cultural como; os sistemas normativos, a religião, a visão de mundo a organização política. O indivíduo ao relacionar a tudo isso vai se conscientizando culturalmente.

O planejamento é um ponto importantíssimo para o trabalho docente. Contudo, sabemos que consiste num método administrativo e sistemático, não deixa de ser, momento primoroso para o professor articular as estratégias afim de provocar os alunos dando-lhes, a, autonomia levando-os, a compreensão do conteúdo assistido proporcionando o desenvolvimento integral, ou seja, planejar não se restringe ao preenchimento automático de formulários e outros programas administrativos. Gadotti (2006), sobre o planejamento diz:

uma atividade consciente de previsão das ações, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas, ou seja, os problemas sociais. (GADOTTI, 2006, p.143).

Portanto, o plano de aula tem o papel de traçar diretrizes para as aulas, assegurar a organização das atividades, coordenação do trabalho docente, prever objetivos, avaliar as estratégias proposta, o rendimento dos alunos perante ao que lhes foi proposto entre outras coisas. Não podemos esquecer que o planejamento se fecha de fato, quando fazemos a avaliação seja ela, contínua ou somática é fundamental que “primeiro respeite, para então conheça e só depois então avaliar”, (Hoffman, 2013).

Nas atividades do 3º bimestre da referida turma, adotei a metodologia sócio- interacionista, tendo o cuidado de alinhar os conteúdos que se pede nos órgãos reguladores e normalizadores do sistema de ensino a LDB² 9394/1996, e BNCC³, a história escolhida pelos alunos, “O casamento da Senhora Baratinha”. Tudo foi feito na coletividade, não tínhamos crianças com laudo na sala, com dificuldade de aprendizagem sim, porém assistidas e instigadas a superar suas limitações, todo esforço era valorizado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alfabetização de uma criança nem sempre acontece de modo fácil, já que o sistema de leitura e escrita é um tanto complexo. Porém, através de recursos distintos e a literatura com seus textos memoráveis torna-se um desses, e muito nos auxilia no processo de ensino-aprendizagem.

Como visto antes, alfabetizar consiste em levar a criança, adquirir habilidade de decodificar a língua oral em língua escrita (escrever) e língua escrita em língua oral (ler), um processo bem complexo e acaba sendo uma conquista pessoal de cada indivíduo. A literatura é uma aliada, pois os livros são recursos pedagógicos importante em todas as etapas da vida.

Portanto, digo-lhes, os textos e livros literários no processo de alfabetização foram extremamente relevante e significativo, pois, o que era uma simples história ficou grande tomou proporções que nem eu mesma imaginava. Uma simples narrativa, virou aula, eventos, brincadeiras, roda de discussão, boas risadas, peça teatral, festa e até um livro gigante totalmente artesanal construídos na interação dos nossos saberes e descobertas. Como motivação, lhes ofereço a celebre frase.

4. REFERENCIAS

COUTINHO, A. **Conceito de Literatura brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, M. **Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola**. São Paulo: Cortez, 1992.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. – 4 ed. – Porto Alegre, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MOREIRA, M.A. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Revista cultural La Laguna Espanha, 2012.

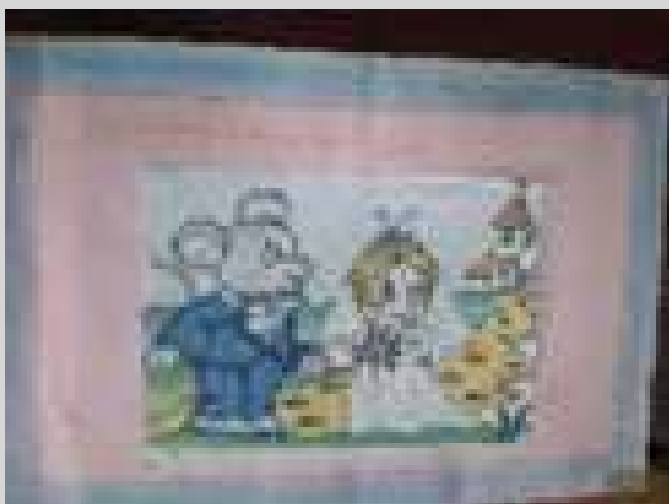
PAZ, José Flávio da. **Amorosidade, inovações tecnológicas e prática docente** / José Flavio da Paz, Maria Madalena Bezerril, - São Paulo: clube dos Autores, 2010, 81 páginas.

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

³ Base Nacional Comum Curricular.

5. ANEXOS

Fofos da capa e contra capa do livro; 40/50, 20 páginas, produzidos pelos 28 alunos da turma.



Fotos: Rute Barboza da Silva.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NA INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO AEE DA EMEIEF DR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES E NA EEEFM PRES TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

Lidiane Silva dos Santos

Professora da Rede Municipal de Educação - PVH, lotada no AEE (atendimento educacional especializado), Gestora Educacional na Rede Estadual - RO e Mestranda em Educação na Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Resumo: Se quisermos uma sociedade verdadeiramente democrática, temos necessariamente de garantir um sistema educacional acolhedor para todos, se quisermos, por outro lado, um sistema educacional acolhedor para todos, temos que contar com dirigentes e profissionais da Educação informados e formados para a prática inclusiva do ensino na diversidade, competentes para responder ao conjunto de necessidades de nossos alunos. O desafio de efetivar a Inclusão é uma tarefa de todos os agentes envolvidos nesse processo podendo ainda buscar parcerias que acrescentem conhecimento a essa comunidade.

Palavras-chave: Formação Continuada. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a Educação Inclusiva somente começou a fundamentar-se a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca. E apenas no decorrer dos anos 2000 é que foi implantada uma política denominada “Educação Inclusiva, se destacando com a A LDB, 9394/96, propôs uma nova estrutura nos sistemas educacionais de ensino, nos seus diferentes níveis e modalidades. Importante salientar que essas mudanças provocaram a implantação de uma política voltada para a inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, como também àquelas inseridas nas escolas especiais ou salas especiais, transformando, dessa forma, a estrutura educacional adotada até aquele momento.

Por algum tempo tanto na rede estadual e na municipal a escolarização das crianças com deficiência ficou sendo desenvolvido por instituições assistencialistas e privadas. A realidade hoje mudou, no entanto, ainda tem-se um longo caminho a ser percorrido para efetiva inclusão escolar com práticas que escolarizem e desenvolva o aprendizado, para isso destaca-se a importância da formação continuada de todos os agentes envolvidos nesse processo, pais, professores, equipe técnica administrativa e pedagógica, assim como o quadro de pessoal completo para efetivação das práticas.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (comumente associado à sigla AEE). O AEE tem como função assegurada em lei identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam o acesso, a participação e a aprendizagem no ensino regular, considerando as necessidades específicas dos estudantes que formam o público-alvo da Educação Especial. O professor que aceita o desafio de atuar no AEE tem muito trabalho a desenvolver, pois ele tem como papel principal plantar semente da cultura da Inclusão em toda comunidade escola. Um dos diferenciais que deve-se ressaltar é a importância de amar o trabalho a ser desenvolvido, pois fará o trabalho exitoso.

Em meio a todas essas exigências, dificuldades e desafios fui convidada para atuar em uma sala de recursos multifuncionais da rede municipal de Porto Velho, após ter passado dois anos cedida na rede estadual onde já atuava como gestora pedagógica. Ao retornar a rede municipal, solicitei o retorno a escola onde já havia trabalhado, no entanto não havia vaga em sala de aula comum, somente na sala de recursos que ainda seria montada. Este foi o primeiro de muitos desafios que viriam. Foi dado início ao levantamento inicialmente as crianças matriculadas com laudo na sede e extensões, onde foi identificado variados CIDs exigindo um pouco mais de dedicação a função para estudo individualizado dos casos e cursos para atendimento educacional. O primeiro ano foi complexo, pois recebemos uma criança com TEA e estava leiga no assunto, foi assustador, mas ao olhar a criança senti-me sensibilizada a ajudar.

Mais alguns dias de estudo de caso e reuniões com a família, gestoras, orientadora, professor sala comum e profissional de apoio, para conhecer melhor a criança, criar uma rotina e elaborar material personalizado para sua escolarização. Com a rotina instituída e adesão de todos envolvidos a criança consegue ser incluída de modo a reconhecer a equipe, demonstrar carinho e sentir-se acolhida e segura. Essa criança trouxe a toda equipe muito conhecimento, mas não o bastante para cada pacotinho de amor que chega todo início de ano letivo, pois cada criança é um ser único. A partir das práticas de reuniões surgiu a ideia de reunião primeiro com os pais para que possam conhecer-se, formar uma rede de apoio e amizade, conhecendo o trabalho desenvolvido e gerando parceria e confiança. Na sequência com todos os professores e profissional de apoio, onde a cada retomada letiva é realizado formações onde era apresentado cada criança (com acordo de sigilo para não expor as crianças), com a mostra do resumo do estudo de caso individualizado, propostas de como desenvolver o trabalho e oficina para produção de material.

Em 2018 ampliamos a formação, de forma a alcançar todos os agentes supracitados, trouxemos a formação para toda equipe escolar no início do ano letivo, mostrando assim que por exemplo, a pessoa responsável pela merenda estará ciente, que algumas crianças com TEA tem seletividade alimentar e que ele pode ter dificuldade de alimentar-se com algo que não esteja no cardápio selecionado por ele como alimento, mas que poderá se ofertado sem imposições. Colocar a pessoa responsável pelo recebimento das crianças na portaria a par que há crianças com TEA que não são oralizados. Algumas crianças com Síndrome de Down que tem dificuldade na fala, mas que compreendem os comandos dados, enfim, a ideia é deixar toda equipe preparada para receber cada criança com muito carinho e dedicação.

Após toda essa fase de levantamento das crianças matriculadas com laudo, estudos de caso, planejamento do AEE, planejamento individualizado das práticas a serem desenvolvidas, iniciamos os atendimentos individualizados duas vezes na semana. As crianças matriculadas no AEE participam de todos os projetos propostos pela escola onde está instalada a sala do AEE, pois a mesma é polo na zona sul de Porto Velho. Ao término de semestre é entregue portfólio de atividades e registros fotográficos realizados nos atendimentos individualizados.

No ano de 2020, todo o mundo foi surpreendido com a Pandemia Covid-19, não estávamos preparados para essa situação, em nenhum campo, no entanto em meio as dificuldades, usamos as armas que tínhamos naquele momento. O distanciamento aconteceu em meados do mês de março e já tínhamos o levantamento das crianças, o grupo de WhatsApp que seria para informes aos pais, e já havíamos realizado a formação para uma parte da equipe, pois por se tratar de escola polo, faltou uma das escolas que atendia uma das crianças matriculada no nosso AEE, a forma de alcançar essa outra equipe foi realizar a formação via Google Meet, e deu muito certo. O atendimento as crianças do AEE não parou, adotamos as estratégias de montar kits de atividades e jogos sensoriais e motor e no grupo era postado vídeos educativos, jogos wordwall, e podcasts com contações de histórias montados pela professora, ainda foi realizado drive-thru no dia das crianças e na finalização do ano letivo.

A estratégia mais exitosa e ganhadora do Prêmio Boas-Práticas realizado pela SEMED Porto Velho, foi o uso do PodCast, onde era gravado e editado as histórias contadas e cantadas e postadas no grupo do AEE pela professora. Por se tratar de uma ferramenta que não exige tanto espaço na memória dos celulares, ser gratuita para baixar por ser áudio, e uma vez baixado a criança pode ouvir quantas vezes desejar, tornou-se uma ferramenta de interação que estreitou e manteve os laços escola e aluno.

Em meio a todo esse cenário de imensa tristeza que vivemos no período pandêmico, esse contato foi imprescindível, pois uma das mães que tinha dificuldade na leitura, por meio dos jogos e atividades diferenciadas encaminhadas para a criança, contou posteriormente que aprendeu a ler.

Todo o trabalho prestado as crianças tem levado ao reconhecimento da escola como uma escola de excelência, uma equipe compromissada que busca ofertar educação pública de qualidade.

Segue em anexo algumas fotografias das práticas adotadas por esse AEE.

2. REFERENCIAS

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Manual de Orientação. Brasília,2010.

Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248,1996.

3. ANEXO - REGISTRO FOTOGRÁFICO





Drive-Thru



Capa dos Podcasts



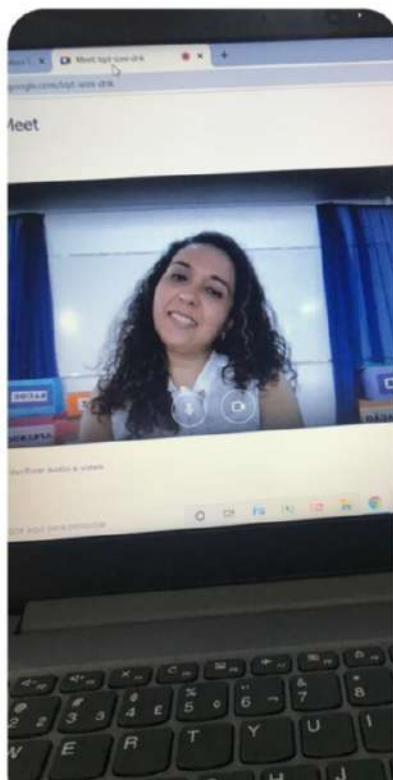
Projeto Conhecer para Incluir





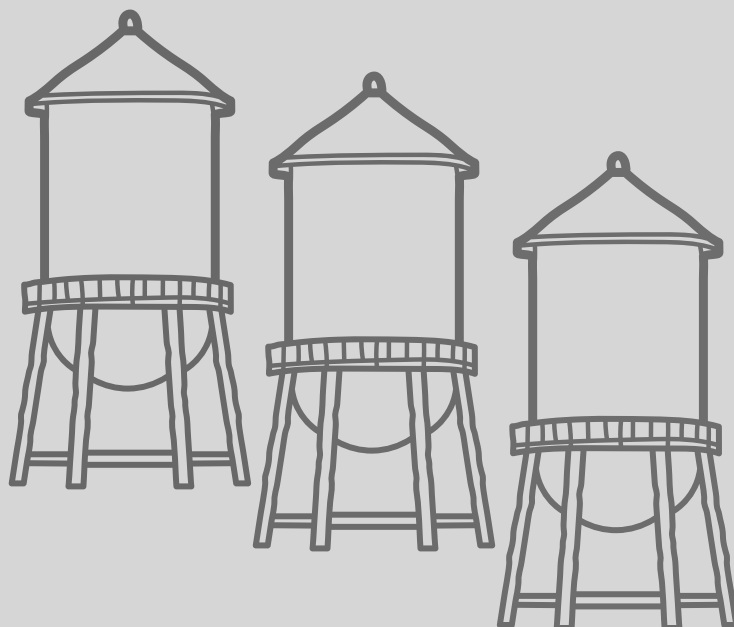
Seja VOCÊ a peça que falta para Inclusão acontecer

Equipe T



Formação Continuada





NOTÍCIAS

CME PARTICIPA DA CERIMÔNIA OFICIAL DE ABERTURA DO ANO LETIVO 2022, EM PORTO VELHO

No dia 09 de fevereiro de 2022, o Conselho Municipal de Educação de Porto Velho – CME-PVH, participou, através de sua representante, Conselheira Mirian Pereira, da Cerimônia Oficial de abertura do ano letivo 2022, da Rede Municipal de Educação de Porto Velho. A solenidade, organizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, aconteceu na EMEIF Maria Francisca, localizada no Residencial Orgulho do Madeira e contou com a presença de autoridades locais, como o Exmo. Sr. vice-prefeito, Maurício Carvalho, a Srª. Secretária Municipal de Educação, Gláucia Negreiros, o Exmo. Srs. vereadores, Edwilson Negreiros e Paulo Tico, bem como a ilustre presença de V. Exª Srª. Promotor de Educação do Ministério Público de Rondônia (MP/RO), Julian Farago e representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Sebrae/RO), Srª. Rita de Cássia Costa.

Na oportunidade a Cons. Mirian Pereira, estendeu boas-vindas a todos os presentes, ressaltou a preocupação deste órgão em estabelecer proximidade com as unidades escolares a fim de executar com efetividade suas ações como gestor da regulação. Manifestou congratulações à Secretária Gláucia Negreiros, pelo trabalho empreendido em garantir recursos financeiros e educacionais às escolas, e desenvolver ações em parceria com órgãos fiscalizadores e entidades, assim como destacou a atuação dos vereadores que priorizam a educação em suas ações.

Este CME-PVH reafirma o compromisso em fortalecer ações para atuar junto à rede.



CONSELHEIRA ENCERRA MANDATO COM PARTICIPAÇÃO ATIVA NOS TRABALHOS DESTE CME-PVH

Ao final dos trabalhos realizados durante a 7ª Reunião Ordinária da Câmara de Acompanhamento da Educação Infantil – CAEI/CME, ocorrida em 15 de fevereiro de 2022, a Conselheira Gláucia Mendes recebeu das mãos do presidente deste Conselho, Cons. Cláudio Negreiros, certificado de reconhecimento pela participação efetiva durante seu mandato, o qual encerrou no dia 17 de fevereiro de 2022.

No feito, o representante, evidenciou o entusiasmo, proatividade e contribuições que a Conselheira empreendeu durante o período, consolidando os trabalhos desta Câmara para efetivação das atribuições regimentais deste gestor regulador. Os pares manifestaram agradecimentos pelo período exercido com esmero à frente das Reuniões, quando desenvolvera função de presidente desta Câmara, e acompanhamento ativo ao Sistema Municipal de Educação.

A Conselheira se despede após 03 (três) anos de participação no Colegiado, onde relatou 05 (cinco) pareceres que fundamentaram decisões às solicitações de Atos Regulatórios emitidos por este Conselho, participou de 144 (cento e quarenta e quatro) Reuniões Ordinárias de Câmara, 72 (setenta e duas) Sessões Ordinárias do Colegiado, além de representações deste CME-PVH em formações no âmbito educacional e solenidades municipais. Em reflexão, expressou satisfação ao findar uma caminhada de conhecimentos obtidos, experiências compartilhadas e empenho em colaborar com o devido exercício das atribuições do Conselho Municipal.

Com o fim de seu mandato, a Cons. Gláucia Mendes, registra com alegria e dedicação sua participação na história deste Conselho, na certeza de que com compromisso e afinho defendeu o acesso à uma educação de qualidade e equânime aos munícipes.



CME-PVH RECEBE VISITA DE REPRESENTANTES DO SINPROF

No dia 14 de fevereiro, o presidente do CME-PVH, Cons. Cláudio Lopes, recebeu representantes do Sindicato dos Professores de Rondônia - SINPROF, para reunião no prédio deste órgão. Na ocasião, a nova presidente do SINPROF, Sr^a Elessandra Reis Batista, juntamente com o Prof. Joelson Chaves de Queiroz, apresentaram a trajetória, representação e demandas do Sindicato, bem como os pleitos estabelecidos pela gestão atual.

Em acolhida ao apresentado pelos visitantes, o presidente Cláudio evidenciou as representações deste órgão, bem como sua atuação como gestor regulador frente ao Sistema Municipal de Educação. Dispôs acesso a este CME-PVH para o que for necessário no desenvolvimento de ações de apoio à Educação Municipal e participação ativa da sociedade.



CME realiza Sessão Solene para posse de Conselheiros representantes do Poder Executivo

Em Sessão Plenária Solene realizada na sede deste Conselho Municipal de Educação, no dia 22 de fevereiro de 2022, foram empossados os representantes do Poder Executivo Municipal que irão compor o quadro de Conselheiros deste CME para o triênio 2022/2025. Foram nomeados nos termos do art. 3º, inciso I e § 1º da Lei Complementar nº 521, de 25 de fevereiro de 2014, através do Decreto nº 17.802, de 30 de novembro de 2021 os Senhores: Maria Inês Baptista Da Silva Zanol - Titular e Edimar Roberto De Lima Sartori - Suplente; Cláudio Lopes Negreiros - Titular e Suzana Rodrigues Da Costa - Suplente; Paula Ramos De Souza - Titular e Eliane Ortolan Pacheco - Suplente.

Na ocasião, os empossados fizeram o juramento no qual se comprometem a trabalhar de forma ética, eficaz e com responsabilidade, respeitando a Constituição Brasileira, a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 521, e o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, zelando pela garantia e defesa intransigente de políticas educacionais para o Sistema Educacional de Ensino.



CME realiza parceria e entrega 75 mochilas com kits escolares e uniformes aos alunos da EMEIEF Vista Alegre

No dia 18 de março, o Conselho Municipal de Educação ofertou um momento especial para os alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Vista Alegre, localizada na zona rural de Porto Velho, e que atende a 75 estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, distribuído em dois turnos (matutino e vespertino) e tem como Gestora a Prof. Maria Kátia de Castro.

Em uma parceria realizada entre o Conselho Municipal de Educação de Porto Velho e a Direção da Penitenciária Estadual Milton Soares de Carvalho foram ofertadas 75 mochilas escolares produzidas através do projeto “Quero-quero – Cuidando para o futuro”, que tem por objetivo contribuir na oferta de melhores condições para as crianças da Rede Municipal de Educação de Porto Velho, além de oferecer capacitação profissional a população carcerária, com a produção de itens que beneficiem a sociedade, como parte do programa de reinserção social estabelecido pela Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia – SEJUS.

Além das mochilas, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho – SEMED, ampliou a oferta a estes estudantes, com a entrega de 75 kits escolares e dos novos uniformes oferecidos pela Prefeitura de Porto Velho.



Na ocasião estiveram presentes a Diretoria Executiva da SEJUS – Maria Elilde Menezes dos Santos, a Secretária Municipal de Educação de Porto Velho – Gláucia Lopes Negreiros, o Diretor Geral da Polícia Penal – Célio Luiz de Lima, o Diretor da Penitenciária Estadual Milton Soares de Carvalho – Guilherme Barreto Aguiar e o Presidente do Conselho Municipal de Educação – Prof. Cláudio Lopes.

Parceria

A Representante do Secretário Titular da Sejus, Marcos Rito, Diretora Executiva, Maria Elilde Menezes, falou da perspectiva de ampliação desse projeto e dos demais projetos relativos à reinserção social. “A reinserção social é o motivo de ser da nossa secretaria. Projetos como esse podem ser ampliados e a comunidade pode ser muito beneficiada”, comentou.

A Secretária Municipal de Educação, Gláucia Negreiros, ressaltou a importância das parcerias e informou que está complementando a doação, entregando também aos alunos o kit de material escolar, composto por cadernos, lápis de cor, lápis, borracha, apontador, calculadora, material dourado, além do uniforme escolar.

O Diretor da penitenciária Estadual Milton Soares de Carvalho, Guilherme B. Aguiar, informou que as mochilas são confeccionadas a partir de mão de obra totalmente apenada, com vistas a contribuir na oferta de melhores condições para as crianças da Rede Municipal, além de oferecer capacitação profissional a população carcerária, e a diminuição da pena com os dias trabalhados, como parte do programa de reinserção social estabelecido pela Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia – SEJUS. Explicou o Diretor.

O presidente do Conselho Municipal de Educação, professor Cláudio Lopes, afirmou que a instituição também pode fomentar o estreitamento de laços, visando o bem da coletividade: “Esse momento inaugura uma nova forma de administração pública, que beneficia a nossa população em geral, sobretudo, os reeducandos e aos nossos alunos. Fizemos essa ponte para que hoje nós estivéssemos aqui realizando a entrega dessas mochilas e com uma perspectiva de algo inicial que tende a se estender por muito tempo”, destacou.

A Gestora da Unidade Escolar, Professora Maria Kátia Agradeceu em nome de toda a comunidade escolar e reforçou a necessidade da comunidade que é carente “Essa Parceria é de fundamental importância para atender as crianças, porque muitas delas não têm nem um lápis para escrever. Eu só posso agradecer em nome de toda família Vista Alegre, em nome das crianças”.

Esta é mais uma ação do Conselho Municipal de Educação que reafirma o compromisso em fortalecer ações para atuar junto à rede no atendimento de suas atribuições sociais em prol da Educação Municipal.

CME-PVH REALIZA EVENTO APRIMORE: ATUAÇÃO E DESAFIOS

Nos dias 27, 28 e 29 de abril, o Conselho Municipal de Educação de Porto Velho realizou o projeto: “Aprimore: Atuação e Desafios”, reunindo no Auditório da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles, servidores e conselheiros, para trabalhar temáticas relevantes ao fazer técnico-pedagógico de suas funções.

O projeto foi idealizado para aperfeiçoar os serviços prestado à comunidade educacional, com o objetivo de contribuir para uma educação de qualidade ofertada pelo Sistema Municipal de Educação de Porto Velho-CME/PVH

Nos três dias foram tratados temas como: Atos e Funcionalidade do CME, Atribuições do CME e Práticas Legislativas. Além da formação, tiveram apresentações culturais que abrilhantaram o evento e divulgaram a arte regional.

A formação contou ainda com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação – Seduc-RO, Conselho Estadual de Educação-CEE-RO, Secretaria Municipal de Educação – Semed-RO e Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia- SINEPE.

As palestras foram ministradas pelos convidados: Srº Wilson Barbosa, Secretário Executivo da UNCME/RO, Srº Manoel Salestiano, Secretário da mesa diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e equipe técnica deste CME-PVH.

CME-PVH recebe visita de representantes do Conselho Regional de Biblioteconomia da 11ª Região.

No dia 17 de maio, o presidente deste CME-PVH, Cons. Cláudio Lopes, recebeu Representantes do Conselho Regional de Biblioteconomia da 11ª Região, para reunião no prédio deste órgão. Na ocasião, a Srª Leina Medeiros – Coordenadora da Comissão de Fiscalização, juntamente com a Sra. Mara Rubia Borges – Chefe de fiscalização, apresentaram as demandas pleiteadas pela categoria frente a municipalidade e solicitaram apoio no sentido de fortalecer parcerias para propor ações junto ao Sistema Municipal de Ensino.

O Presidente Cláudio Lopes, destaca a satisfação dos participantes quanto a recepção deste órgão, e em acolhida ao apresentado pelos visitantes manifesta disponibilidade em parceria, conforme viabilidade e atribuição respectiva ao CME-PVH.



CME realiza Sessão Plenária Solene de entrega do "Selo Escola Legal"

O Conselho Municipal de Educação - CME-PVH, na data de 31/05/2022, realizou Sessão Solene concedendo o "Selo Escola Legal" à EMEI COSME E DAMIÃO, unidade de ensino pertencente à rede municipal de educação. O respectivo "Selo" representa a regularização efetiva da unidade junto a este Conselho, conferindo que está apta a oferecer seu serviço educacional com qualidade, emitir documentos da vida escolar de alunos e que se adequa aos padrões estabelecidos pela Legislação Educacional vigente, conforme termos do art. 2º, da Resolução nº 08 - CME/2014.

O Ato Regulatório de Reconhecimento foi concedido por meio do Parecer nº 06/CAEI/CME - 2021, sob relatoria da então Conselheira Gláucia Mendes, que precedeu à Resolução nº 002/CME-2022.

A solenidade contou com a participação dos representantes: Diretora Francisca Joelia Alves de Lucena, Secretária Ana Paula da Silva Galvão e Professoras Claudete Cutrim Aires e Vera Castro.

Durante a Cerimônia, Conselheiros e Equipe Técnica deste CME-PVH, manifestaram congratulações à equipe da escola laureada, registrando a dedicação envidada para o êxito do processo e parabenizaram os representantes pela conquista honrosa.



CME-PVH participa de Aula Inaugural do Curso de Mestrado oferecido pela Faculdade Católica de Rondônia, em parceria com a Prefeitura de Porto Velho.

No dia 30 de maio de 2022, o Conselho Municipal de Educação, por sua representante para o ato, Conselheira Mirian Pereira, participou da solenidade promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho: Aula Inaugural do Curso de Mestrado oferecido pela Faculdade Católica de Rondônia, em parceria com a Prefeitura de Porto Velho.

O evento contou com a presença do Prefeito Municipal Hildon Chaves, Secretária Municipal de Educação Gláucia Lopes Negreiros, Coordenadora Profª Drª Verônica Gesser e do Diretor Acadêmico Prof. Dr. Pedro Abib, bem como a entusiasmada participação de professores/gestores da Rede Municipal de Educação selecionados para cursar a pós-graduação stricto sensu.

Na oportunidade, a representante deste CME-PVH, parabenizou a relevante ação da Secretaria em oportunizar o acesso aos servidores da rede ao Mestrado e incentivar a contínua capacitação para a oferta de uma educação de qualidade.

Este Conselho cumprimenta a SEMED-PVH e externa congratulações aos servidores da Rede Municipal de Educação aprovados para o ingresso no Mestrado, em especial à representante deste CME-PVH pela conquista da aprovação.



CME-PVH participa de reunião com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Conselho Municipal de Educação - CME/PVH, pelo seu representante, Presidente Cláudio Lopes, participou de reunião a convite da Sra. Marina Falcão, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/PVH, na sala 1 da Casa dos Conselhos, encontro que contou com a presença de diversos órgãos da Administração Municipal, MP-RO, TJ-RO e sociedade civil organizada.

Em pauta, foi deliberada a formação do "Comitê da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, vítima ou testemunha de maus tratos ou violência", e o fluxo de atendimento de forma articulada e igualitária, em atenção aos termos da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017.

O CME-PVH considera que a criação do respectivo Comitê e seu pleno funcionamento fortalecerão as políticas públicas e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes no município.



CME realiza Sessão Plenária Solene de entrega do "Selo Escola Legal"

O Conselho Municipal de Educação - CME-PVH, na data de 28 de junho de 2022, realizou Sessão Solene concedendo o "Selo Escola Legal" à EMEF Tucumã, unidade de ensino pertencente à rede municipal de educação. O respectivo "Selo" representa a regularização efetiva da unidade junto a este Conselho, conferindo que está apta a oferecer seu serviço educacional com qualidade, emitir documentos da vida escolar de alunos e que se adequa aos padrões estabelecidos pela Legislação Educacional vigente, conforme termos do art. 2º, da Resolução nº 08 - CME/2014.

O Ato Regulatório de Reconhecimento foi concedido por meio do Parecer nº 10/CAEF/CME - 2021, sob relatoria do Conselheiro Domingos Santo, que precedeu à Resolução nº 03/CME-2022.

A solenidade contou com a participação dos representantes: Diretora Daiane Cosme de Moraes Cavalcanti, Secretário Nilton Alves Guimarães e Professoras Kézia Marazona e Leoniza Ferreira.

Durante a Cerimônia, Conselheiros e Equipe Técnica deste CME-PVH, manifestaram congratulações à equipe da escola laureada, registrando a dedicação envidada para o êxito do processo e parabenizaram os representantes pela conquista.



CME recebe Reitora da Universidade Federal de Rondônia em Sessão Plenária Solene

Na tarde do dia 12 de julho, durante 14ª Sessão Plenária Solene do CME-PVH, o Presidente, Conselheiro Cláudio Lopes, recebeu a ilustre presença da Magnífica Reitora da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Marcele Regina Nogueira Pereira.

A cerimônia Solene marcou o encerramento das atividades planejadas e executadas neste primeiro semestre por este Conselho, momento propício para a manifestação de congratulações às parcerias estabelecidas pela Universidade Federal de Rondônia e Executivo Municipal, a fim de contribuir para a formação dos profissionais da Rede Municipal de Educação com a oferta vagas em Mestrado e Doutorado aos professores da Rede que atuam diretamente nas unidades escolares.

Na ocasião a Reitora manifestou satisfação ao convite recebido, pontuando que o desenvolvimento da Educação, em qualquer nível, representa o desenvolvimento da sociedade e que a Universidade Federal de Rondônia, com vistas a cumprir sua missão, está aberta aos convites e parcerias que possam contribuir com a Educação, pública e gratuita e de qualidade, do Ensino Básico a Pós- graduação.

O Conselho Pleno deste CME-PVH manifesta satisfação com a honrosa presença da Reitora.



CME realiza Sessão Plenária Solene de entrega do "Selo Escola Legal"

O Conselho Municipal de Educação – CME-PVH, na data de 12 de julho de 2022, realizou Sessão Solene concedendo o “Selo Escola Legal” à EMEI Moisés Ferreira Neto, unidade de ensino pertencente à rede municipal de educação. O respectivo “Selo” representa a regularização efetiva da unidade junto a este Conselho, conferindo que está apta a oferecer seu serviço educacional com qualidade, emitir documentos da vida escolar de alunos e que se adequa aos padrões estabelecidos pela Legislação Educacional vigente, conforme termos do art. 2º, da Resolução nº 08 – CME/2014.

O Ato Regulatório de Reconhecimento foi concedido por meio do Parecer nº 05/CAEI/CME – 2022, que precedeu à Resolução nº 13/CME-2022.

A solenidade contou com a participação dos representantes da EMEI Moisés Ferreira Neto: Élitá Cavalcante – Diretora, Elania Maria Figueiredo Fonseca- Supervisora Escolar, Isabela Lopes – Funcionária e Tesoureira do Conselho Escolar, Carla de Abreu Benigno – Professora – Diretora Pedagógica do Conselho Escolar e Silvana Lopes – Servidora. Além da presença da Magnífica Reitora da Universidade Federal de Rondônia, Marcele Regina Nogueira Pereira.

Durante a Cerimônia, Conselheiros e Equipe Técnica deste CME-PVH, manifestaram congratulações à equipe da escola laureada, registrando a dedicação envidada para o êxito do processo e parabenizaram os representantes pela conquista.



CME-PVH realiza Reunião Ordinária na EMEIEF Dr. Tancredo de Almeida Neves

No dia 26 de setembro, a Câmara de Acompanhamento à Educação Infantil - CAEI, realizou sua Reunião Ordinária em uma visita à EMEIEF DR. Tancredo Neves de Almeida. Na oportunidade, os Conselheiros membros da Câmara foram recepcionados pela Diretora da Unidade e Conselheira deste CME, Mirian Pereira, momento que puderam conhecer as dependências da unidade escolar, que foi reformada recentemente, acompanharam as atividades e projetos desenvolvidos pelos professores e os trabalhos produzidos pelos estudantes, em especial os Programas credenciados pelo CME-PVH, Programa Primeiros Passos e Alfabetiza Porto Velho.

O Presidente do CME, Conselheiro Cláudio Lopes, manifestou congratulações à gestão administrativa da Diretora, para conservação predial e organização das salas.



CME-PVH realiza Sessão Plenária temática com participação de representante do Departamento de Ciências da Educação - UNIR.

No dia 27 de setembro, o CME-PVH realizou Sessão Plenária Temática que contou com a presença da representante do Depto. Acadêmico de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia, Professora Dra. Profª Marilsa Miranda de Souza, convidada com o intuito de informar quanto às ações realizadas pelo Depto. que representa, frente ao atendimento dos dispositivos constantes na resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019, que "Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica."

Na oportunidade, a Professora Marilsa informou ao colegiado do CME-PVH, que as discussões provocadas pela Resolução em pauta são positivas, tendo em vista a necessidade de propor melhorias à formação dos futuros pedagogos, entretanto, esclarece que seus efeitos estão em suspenso, em razão de manifestação do Conselho Nacional de Educação, que propôs estudo para a readequação da matéria.

O Presidente do CME-PVH, Conselheiro Cláudio Lopes, agradeceu a participação da convidada, reiterou votos de estima e disponibilizou este órgão para efetivar parceria junto à Universidade Federal de Rondônia, em especial ao Departamento de Pedagogia.



CME-PVH participa se Sessão Solene do Conselho Estadual de Educação - CEE/RO

Dia 10 de outubro de 2022, o Presidente deste CME-PVH, participou de Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação - CEE/RO, onde juntamente com os membros e convidados, participou da solenidade de recepção do Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação - FONCEDE, Conselheiro Ricardo Tonassi Couto - CEE/RJ, que tratou sobre o tema "A missão do FONCEDE e a necessidade de aproximação dos Conselhos de Educação".

Na oportunidade o Conselheiro Cláudio fez uso da palavra e discursou sobre as perspectivas para a educação em nível nacional após o acirrado pleito eleitoral marcado por um país polarizado, o que certamente infligiria sobre a educação, momentos de reflexão e integração.

Ao final do evento, o Presidente Cláudio Negreiros, convidou o Presidente do FONCEDE para visitar as instalações deste CME-PVH, bem como conhecer o Memorial Anísio Gorayeb e as características históricas deste prédio. Presença recebida com satisfação e acolhida dos servidores e membros presentes, que manifestaram votos de estima ao Conselheiro.



CME-PVH presta homenagem a Escolas com melhor nota no 2021

O CME-PVH realizou no dia 11 de outubro, Sessão Plenária Solene para homenagear as unidades escolares da Rede Municipal que obtiveram êxito na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Na oportunidade, o colegiado recebeu as gestoras Gleyciane Silva Raposo da EMEIEF Belezas do Buriti e Denise Celestino da Silva Souza, representando a EMEF Bom Jesus. As duas unidades conquistaram índice 6,3. Esse resultado evidencia que, apesar de todos os desafios vivenciados no momento pandêmico, não houve regressão no resultado da rede. Além disso, observou-se um avanço no resultado do Ideb do município de Porto Velho em relação aos outros municípios de Rondônia. No ranking do Estado, Porto Velho ocupou em 2017 a 38ª posição, em 2019 avançou para 24ª, e agora alcançou a 20ª posição.

O índice divulgado é fruto do engajamento de todos os profissionais da Rede Municipal de Educação, que não mediram esforços durante o período de aulas não presenciais para estabelecer o vínculo com os estudantes e famílias, realizar busca ativa e a recomposição da aprendizagem no pós-pandemia.

O CME-PVH manifesta suas congratulações às equipes da EMEIEF Belezas do Buriti e EMEF Bom Jesus pelo resultado!



CME-PVH recebe representante da Comissão da Igualdade Racial e Verdade da Escravidão Negra - OAB/RO

A 43ª Reunião Ordinária da Câmara de Acompanhamento a Educação Infantil - CAEI/CME-PVH, contou com a ilustre participação de representante da Ordem dos Advogados de Rondônia - OAB/RO, presidente da Comissão da Igualdade Racial e Verdade da Escravidão Negra, Drª Brígida Amanda Oliveira Rodrigues, para ministrar palestra sobre temática alusiva ao "Dia da consciência Negra". Em apresentação de slides informativos/ilustrativos, expôs conteúdo histórico sobre a escravidão no Brasil e destaques deste período. Durante exposição, indicou histórico de legislação brasileira para garantir direitos, bem como apresentou dados estatísticos sobre morte de pessoas pretas, em diversas regiões no Brasil. Em conclusão de fala, manifestou esperança por atitudes positivas frente ao combate contra o racismo no país, sobretudo ações motivadas pelos educadores, formadores de opinião.

Em agradecimento pela participação, Cons. Cláudio Negreiros, presidente do CME-PVH, externou satisfação pelo conhecimento compartilhado e disponibilizou este Conselho para auxiliar, conforme atribuições, no desenvolvimento de ações da referida Comissão. Ao finalizar participação, a advogada agradeceu oportunidade e colocou-se à disposição.



CME-PVH recebe equipe do DGP/ SEMED

A 41ª Reunião Ordinária da Câmara de Acompanhamento a Educação Infantil - CAEI/CME, contou com a participação da Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/SEMED, Srª Rosalina Trajano Diniz e equipe, que apresentaram respostas aos quesitos levantados pelos Conselheiros sobre o teor e execução da legislação vigente para a composição da jornada de trabalho dos profissionais de educação.

No feito, as representantes informaram que Secretaria Municipal de Educação, por iniciativa de sua representante, vem empreendendo esforços para garantir o cumprimento do estabelecido em legislação e que para atender as demandas específicas de carga horária, há estudos e discussões que poderão, pelo viés legal, melhor atender o Plano de Cargos Carreiras e Remuneração dos profissionais da Educação Municipal. Ao término da Reunião Ordinária, o presidente, Conselheiro Cláudio Negreiros, elogiou o trabalho que vem sendo realizado, em destaque ao atendimento imparcial em observância aos ditames legais, e que mesmo frente a existência de lacuna, tem pautado suas orientações pelo viés normativo e respeitado a margem discricionária do diretor educacional para as resoluções cotidianas no âmbito da unidade.



CME-PVH apoia o OUTUBRO ROSA

Em apoio ao "OUTUBRO ROSA", o CME-PVH realizou na manhã do dia 27, uma ação de conscientização sobre o câncer de mama e a prevenção e saúde da mulher.

A ação contou com palestra abordando a importância do autoexame e como realizá-lo, do acompanhamento anual de preventivo e mamografia, além de um café da manhã e um momento de descontração envolvendo cuidados pessoais e maquiagem.

Além das servidoras do Conselho Municipal de Educação - PVH, o Presidente Cláudio Lopes recebeu também a Secretária Municipal de Educação, Gláucia Negreiros e a Chefe do Departamento de Políticas Educacionais, Juliene Rezende. Na oportunidade, ressaltaram a importância do cuidado regular e preventivo contra o câncer de mama.

Outubro Rosa - O CME-PVH apoia essa causa.



CME-PVH realiza Sessão Plenária itinerante na zona rural de Porto Velho

O Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, realizou no dia 29 de novembro, Sessão Plenária Itinerante na EMEIEF Vale do Jamari, localizada na Vila Caldeirita, Vale do Jamari, zona rural de Porto Velho.

Na oportunidade, o presidente do Conselho, Prof. Cláudio Lopes, apresentou as atribuições do CME-PVH à servidores e comunidade em geral, que se fizeram presentes para acompanhar e debater temáticas voltadas à educação no campo, além de apresentar a minuta de Resolução que Institui normas para Educação Básica nas Escolas do Campo na Rede Municipal de Porto Velho.

O CME-PVH agradece ao gestor da unidade, servidores e a comunidade pela acolhida e, por favorecer um momento de interação do CME com as Escolas do Campo, o que fortalece a busca por uma educação equânime e de qualidade à todos os estudantes da Rede Municipal de Educação.



CME-PVH recebe a Gerente da Divisão de Alimentação Escolar - DIALE/SEMED

A 45ª Reunião Ordinária da Câmara de Acompanhamento a Educação Infantil - CAEI/CME, contou com a participação da Gerente da Divisão de Alimentação Escolar - DIALE/SEMED - Nutricionista Fernanda Gomes Miranda, que apresentou o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa Municipal de Alimentação - PMAE, objetivando contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional - EAN e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

No feito, a Gerente informou que Secretaria Municipal de Educação, por iniciativa de sua representante, vem empreendendo esforços para garantir o cumprimento do estabelecido em legislação e que para atender as demandas específicas como oferta de merenda de qualidade nas escolas municipais, o cardápio unificado, incentivo ao produtor rural e agricultura familiar, repasse de verba, atendimento ao gestor escolar e formações com equipe de merendeiras, além de apresentar as ações de ajustes durante o ano letivo, que gerou o DECRETO Nº 18.544, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022, que ajusta o valor per capita aluno/mês para o repasse dos recursos financeiros do Programa Municipal de Alimentação Escolar - PMAE às Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.

Ao término da Reunião Ordinária, o presidente, Conselheiro Cláudio Negreiros, elogiou o trabalho que vem sendo realizado pelo Departamento de Alimentação Escolar, agradecendo a Semed pelos esclarecimentos e parceria costumeira na troca de informações para a busca de uma educação equânime e de qualidade à todos os estudantes do Sistema Municipal de Educação de PVH.



CME-PVH Homenageia ganhadores do Prêmio Boas Práticas - SEMED

OA 48ª Reunião Ordinária da Câmara de Acompanhamento a Educação Infantil - CAEI/CME, contou com a participação das vencedoras da 4ª edição do Prêmio Boas Práticas, na modalidade de Educação Infantil, organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho.

Na Oportunidade a Professora Francisca Joelma Souza Melo, apresentou o projeto "Reinventando o Processo de Avaliação no Ensino Infantil: Observação e Intervenção Pedagógica", posteriormente a Professora Ana Cecília Dias Andrade apresentou o projeto "O Aniversário do Sr. Alfabeto" e finalizando a professora Elaine Dias Pereira Carvalho apresentou do Projeto "A Integração de crianças refugiadas e indígenas venezuelanas no contexto escolar".

As Professoras expressaram a emoção e agradecimento por estarem sendo homenageadas pelo CME-PVH, manifestando satisfação e o sentimento de valorização para o segmento da Educação Infantil e reconhecimento desta importância dessa fase de desenvolvimento na vida da criança.

Finalizando as apresentações, os membros da Câmara manifestaram seus elogios e congratulações às vencedoras da referenciada premiação, reforçando à importância de reconhecer essas práticas, pois são elas que trazem a valorização das ações implementadas em prol do aprendizado dos alunos.



CME-PVH homenageia uma das equipes vencedoras do Prêmio Inovação na Gestão Escolar - SEMED

Durante a 48ª Reunião Ordinária da Câmara de Acompanhamento ao Ensino Fundamental, o CME-PVH homenageou uma das equipes vencedoras do "1º Prêmio Inovação na Gestão Escolar", realizado pela SEMED.

A equipe da EMEIEF Esperança, representada pela Diretora Marina Oliveira, Vice-diretora Suzana Karina Silva e Orientadora Marta Pereira, apresentou aos membros da CAEF o Projeto "A magia do óleo usado, transformado em sabão novo como instrumentos de educação ambiental", que tem como objetivo a reutilização do óleo de cozinha, transformando em sabão líquido ou em barra, para limpeza em geral.

Segundo Marina, tudo se iniciou em 2015, com um projeto pequeno, para auxiliar a unidade escolar a reduzir gastos com material de limpeza, e trabalhar a conscientização ambiental nos estudantes, porém com o passar do tempo a comunidade da escola foi criando interesse e a equipe da EMEIEF Esperança passou a capacitar alunos e pais para a fabricação do sabão. Hoje existem famílias que transformaram o produto em fonte de renda. O Projeto também alcançou parcerias como Banco da Amazônia e o Mesa Brasil.

O Projeto da EMEIEF Esperança alcançou o terceiro lugar na premiação da SEMED, recebendo uma viagem para o Nordeste, juntamente com os outros vencedores.

A equipe do CME manifestou suas congratulações pela iniciativa e empenho das homenageadas, registrando que as práticas exitosas mostraram o seu potencial estratégico, utilizando ferramentas pedagógicas e didáticas para melhorar o trabalho na escola, sempre focando na inovação. O Presidente do CME, Professor Cláudio Lopes, agradeceu a presença das convidadas parabenizando pela conquista.



ATOS NORMATIVOS DO CME-PVH

- **Resolução 08/CME-2003** - Define Validação, Convalidação e Revalidação de estudos no Ensino Fundamental e dá outras providências;
- **Resolução 01/CME-2006** - Estabelece critérios para aplicação dos procedimentos de classificação, reclassificação e dá outras providências;
- **Resolução 24/CME-2007** - Dispõe sobre Normas para avaliação do ensino e aprendizagem do Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 10/CME-2010** - Fixa normas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Porto Velho-RO;
- **Resolução 05/CME-2011** - Fixa normas e diretrizes para elaboração do Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico das Instituições Escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 03/CME-2012** - Dispõe sobre o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância;
- **Resolução 01/CME-2013** - Estabelece Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação nos Bairros e Distritos deste Município;
- **Resolução 02/CME-2013** - Fixa normas para a organização do Bloco Pedagógico de Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino;
- **Resolução 04/CME-2013** - Dispõe sobre a inclusão nos Currículos Escolares de conteúdos programáticos relativos à questão de gênero nas escolas que compõem o Sistema Municipal de Ensino;
- **Resolução 07/CME-2014** - Dispõe sobre a Concessão da “Comenda Professor Lourival Chagas da Silva” e dá outras providências;
- **Resolução 08/CME-2014** - Dispõe sobre o “Selo Escola Legal”, para o Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho, e dá outras providências;
- **Resolução 05/CME-2015** - Dispõe sobre a Equivalência de Estudos do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de Ensino realizados parcial ou integralmente no exterior, e dá outras providências;
- **Resolução 02/CME-2016** - Institui o Certificado “Amigo do CME”;
- **Resolução 06/CME-2017** - Estabelece Normas para o Regime Especial de Atendimento Domiciliar aplicáveis a estudantes em estado de Gestação, na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 08/CME-2017** - Dispõe sobre o Atendimento Domiciliar Excepcional para os alunos do Ensino Fundamental, portadores de afecções, na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 04/CME-2020** - Fixa normas para Educação Especial no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Porto Velho;
- **Resolução 07/CME-2020** - Dispõe sobre Normas Regulamentares para a Educação a Distância na Rede de Ensino do Município de Porto Velho em situações emergenciais;
- **Resolução 08/CME-2020** - Dispõe sobre o Regime Especial de aulas não presenciais na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho como medida preventiva à disseminação do coronavírus – Covid-19.
- **Resolução 14/CME-2020** - Altera a Resolução nº 07/CME-14 que “Dispõe sobre a concessão da Comenda Professor Lourival Chagas da Silva e dá outras providências.”
- **Resolução 15/CME-2020** - Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico das Escolas do Sistema Municipal de Ensino, após a implantação da BNCC;

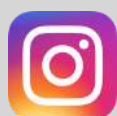
ATOS NORMATIVOS DO CME-PVH

- **Resolução 19/CME-2020** - Dispõe sobre os procedimentos a serem realizados quando da identificação precoce de alunos e funcionários com sinais e ou sintomas, suspeitos para o novo coronavírus nas escolas;
- **Resolução 04/CME-2021** - Estabelece Normas para Autorização de Funcionamento, Prorrogação de Autorização de Funcionamento, Reconhecimento, Credenciamento e Recredenciamento das Instituições Escolares do Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências;
- **Resolução 05/CME-2021** - Estabelece Orientações para o retorno das aulas presenciais para as Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho, no ano letivo de 2021;
- **Resolução 10/CME-2021** - Estabelece Normas para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho, e dá Outras Providências;
- **Resolução 08/CME-2022** - Estabelece Diretrizes às Instituições do Sistema Municipal de Ensino, para o Reinício das Aulas e demais Atividades Escolares Presenciais, no Ano Letivo de 2022, e dá Outras Providências;
- **Resolução 15/CME-2022** - Revogar Integralmente às Resoluções nº 05/CME-2014, nº 09/CME-2018 e nº 07/CME-2011, com Fulcro na Deliberação Emitida pelo Conselho Pleno, Consoante às Considerações Apresentadas e Aprovadas;
- **Resolução 16/CME-2022** - Revogar Integralmente à Resolução nº 08/CME-2011, com Fulcro na Deliberação Emitida pelo Conselho Pleno Consoante às Considerações Apresentadas e Aprovadas;
- **Resolução 30/CME-2022** - Estabelece normas para Autorização de Funcionamento, Prorrogação de Autorização de Funcionamento e Reconhecimento dos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 31/CME-2022** - Dispõe sobre Autorização Temporária de Funcionamento para as Escolas recém-inauguradas do Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 32/CME-2022** - Institui normas para Educação Básica nas Escolas do Campo na Rede Municipal de Porto Velho e dá outras providências;
- **Resolução 33/CME-2022** - Institui Normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução 34/CME-2022** - Dispõe sobre o atendimento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, articulada a Educação Profissional por entidades mantenedoras externas.
- **Resolução Nº 11/ CME-2023** - Dispões sobre o direito a matrícula de crianças, adolescentes e adultos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho;
- **Resolução Nº 13/CME-2023** - Institui o Código de Ética e Disciplina do Conselho Municipal de Educação – CME de Porto Velho.
- **Resolução nº 18/CME-2023** - Estabelece Normas para a concessão de Atos Regulatórios: Autorização de Funcionamento, Prorrogação de Autorização de Funcionamento, Reconhecimento, Manutenção de Reconhecimento, Reorganização, Cessação de atividades e Revogação de Ato Regulatório das Instituições Escolares e Credenciamento e Recredenciamento de Cursos, Projetos, Programas Educacionais e Experiências Pedagógicas do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.



Rua José Bonifácio, 152 - Centro, Porto Velho - RO
Tel.: (69)3901-3308

www.cme.portovelho.ro.gov.br
E-mail: cme.semed@portovelho.ro.gov.br



@cmepvh



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO
RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 152 - CENTRO, PORTO VELHO - RO

